

Notícias: dezembro a outubro de 2011

Guia reúne informações sobre crédito para atividades florestais

Atualização 2012 do Guia do Financiamento Florestal, elaborado pelo Serviço Florestal, mostra 11 fontes de crédito disponíveis

Informações sobre as principais linhas de crédito para o financiamento de atividades florestais no país, suas taxas de juros, beneficiários, prazos e carências estão reunidas na publicação “Guia de Financiamento Florestal”, cuja atualização 2012 foi divulgada em dezembro pelo Serviço Florestal Brasileiro.

A publicação, de 46 páginas, apresenta 11 linhas de financiamento disponíveis para o setor florestal, entre elas, Pronaf Floresta, Pronaf Eco, Programa ABC, BNDES Florestal, FCO Pronatureza, FNE Verde e FNO Amazônia Sustentável.

Segundo o gerente de Capacitação e Fomento do Serviço Florestal, João Paulo Sotero, a publicação cumpre um papel importante ao organizar e disponibilizar as informações referentes ao crédito florestal. “Estas informações sobre crédito geralmente estão dispersas. Nosso intuito ao reuni-las é facilitar o acesso do produtor rural ao crédito para atividades florestais”, explica o gerente.

Para cada uma das 11 linhas de crédito há informações sobre temas financiados, valores máximos e mínimos por operação, taxa de juros, prazo de reembolso, garantia, abrangência e agente financeiro – órgão ou banco que viabiliza o recurso.

São financiáveis pelas linhas abrangidas no Guia o manejo florestal sustentável, recomposição e manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL), recuperação de áreas degradadas, implantação de sistemas de integração lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, silvicultura (produtos madeireiros e não madeireiros) entre outros.

Acesse aqui o [Guia de Financiamento Florestal 2011](#)

Publicado: terça-feira, 27 de dezembro de 2011, 12h46.

SFB fará audiências no Pará sobre concessão na Flona do Amana

População de Itaituba e Jacareacanga, no oeste do estado, terá oportunidade de realizar sugestões ao pré-edital de concessão

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) vai realizar audiências públicas em janeiro e fevereiro no Pará referentes à concessão para o manejo sustentável na Floresta

Nacional (Flona) do Amana, localizada na região de influência da BR-163. O aviso foi publicado no Diário Oficial da União.

As audiências ocorrerão nas cidades de Itaituba (31/01) e Jacareacanga (02/02), ambas sedes dos municípios que abrigam a Flona, ocasião em que o SFB apresentará o pré-edital de concessão com o objetivo de receber sugestões da população.

O [documento](#) já está disponível no site do Serviço Florestal, assim como 17 anexos com informações sobre as espécies madeireiras encontradas na região, relação das unidades de manejo, no total de 300 mil hectares, além dos formulários para os que participarão da licitação, entre outros.

A concessão na Flona do Amana visa estimular a produção legal e sustentável de madeira na Amazônia com a conservação da floresta, promover a geração de empregos com respeito às leis trabalhistas e favorecer o desenvolvimento de municípios com vocação florestal a partir de uma economia verde.

A partir das concessões, os empreendedores do setor madeireiro têm oportunidade de acesso às áreas de florestas legalizadas – o que ajuda a superar um dos gargalos para a expansão desse segmento, que enfrenta dificuldade para encontrar áreas com regularização fundiária – e a garantia para realizar investimentos de longo prazo, pois os contratos efetuados com o SFB duram até 40 anos.

O pré-edital de concessão traz uma série de incentivos para o empresariado de pequeno e grande porte, baseadas em resoluções editadas pelo SFB com o objetivo de aproximar os contratos de concessão e pagamentos às operações de manejo florestal sustentável e do gerenciamento do negócio florestal.

Veja as datas, locais e horários das audiências:

Itaituba

Data: 31 de janeiro, terça-feira

Local: Instituto Federal do Pará, Campus Itaituba - Estrada do Jacarezinho, s/n - Bairro Maria Madalena

Horário: 14h

Jacareacanga

Data: 2 de fevereiro, quinta-feira

Local: Centro de Referência e Assistência Social - Rua Brasilino Barbosa, s/nº

Horário: 14h

Publicado: sexta-feira, 23 de dezembro de 2011, 12h47.

SFB e universidades do Nordeste monitoram manejo florestal na Caatinga

Professores e estudantes da UFRN, UFCG, UFPI e UFPB participam de capacitação para medir crescimento da vegetação e aprimorar o conhecimento sobre uso sustentável do bioma



Cerca de 40 professores e estudantes de universidades da região Nordeste foram capacitados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em dezembro sobre como monitorar o crescimento da vegetação da Caatinga em locais voltados ao manejo, ou seja, à extração sustentável de produtos do bioma.

A atividade ocorreu em parcelas permanentes da Rede de Manejo Florestal da Caatinga (RMFC), que são áreas separadas para o estudo da regeneração da mata e da biodiversidade após uma intervenção antrópica, localizadas em Lagoa Salgada (RN), Serra Negra do Norte (RN), Macau (RN), Floresta (PE), São João do Piauí (PI) e Pacajus (CE).

O engenheiro florestal da Unidade Regional Nordeste do SFB, Alencar Garlet, explica que as informações obtidas nas áreas de parcelas permanentes são usadas na elaboração de normas legais sobre extração florestal no bioma. “A Instrução Normativa sobre manejo na Caatinga tem como base científica as pesquisas da Rede”, diz.

São esses estudos que mostram quanto tempo o produtor deve aguardar para extrair madeira e lenha de uma área que já foi usada. O manejo funciona dentro de um ciclo no qual, a cada ano, só se retira produtos florestais de parte de área, e assim sucessivamente. Após 15 anos, é possível voltar ao primeiro talhão manejado.

Multiplicadores

Em todo o Nordeste, existem mais de 180 parcelas permanentes (em geral, com a dimensão de 20 por 20 metros), em 12 áreas experimentais. Para cada área de pesquisa, há uma instituição responsável pela medição anual. “São várias

instituições, todas trabalhando integradas, que geram informações para todo o bioma”, afirma Garlet.

Mas para que os resultados possam ser reunidos na mesma base de dados, é preciso que todos usem a mesma metodologia. Os professores e estudantes que participaram da capacitação aprenderam a usar os protocolos definidos pela Rede, coordenada pela Associação Plantas do Nordeste (APNE).

Enquanto algumas instituições participam da Rede desde o início, outras vão se juntando ao grupo, como é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A entidade abriu o curso de Engenharia Florestal recentemente e deve assumir, a partir de 2012, a medição das parcelas permanentes do estado.

O envolvimento de novos atores ajuda a fortalecer a rede e a consolidar as pesquisas, que não têm data para acabar. “As pesquisas ajudam a refinar e aprimorar as informações sobre o manejo na Caatinga. É um trabalho continuado, que está sempre se renovando”, diz.

A capacitação contou com a participação de integrantes da comunidade acadêmica da UFRN; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Patos; Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus de Bom Jesus.

Publicado: quinta-feira, 22 de dezembro de 2011, 12h49.

Expansão do manejo pode evitar “apagão florestal” de madeira nativa legal da Amazônia

Áreas de florestas ainda sem destinação podem ser principal fonte para garantir produto sustentável. Produção será cada vez mais dependente de áreas públicas



A produção de madeira nativa da Amazônia em áreas privadas segue em queda e se manter o ritmo dos últimos anos, em duas décadas deve chegar a 5 milhões de

metros cúbicos, quando a demanda deve ser de 21 milhões de metros cúbicos, em uma perspectiva conservadora.

Uma publicação elaborada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) lançada nesta quarta-feira, 21, mostra que para ampliar a produção legal e sustentável será necessário disponibilizar áreas para manejo em florestas públicas, principalmente aquelas ainda na categoria de não destinadas.

Existem mais de 64 milhões de florestas públicas não destinadas (sem uso definido) segundo dados do SFB e estima-se que seriam necessários 36 milhões de hectares, em um ciclo de 30 anos, para gerar 21 milhões de metros cúbicos anuais de madeira para o mercado. A produção atual de madeira no país está em torno de 14 milhões, segundo estudo do SFB e Imazon.

“A publicação oferece uma perspectiva da demanda e da oferta de madeira de florestas nativas para nos anteciparmos a um problema de escassez que já aconteceu no setor de energia. No caso florestal, existe uma demanda que vem do mercado e precisamos saber de onde vai sair a oferta de madeira para que venha de fontes legais e sustentáveis”, afirma a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Fontes atuais

O mercado para madeira segue aquecido no Brasil, puxado pelo crescimento da economia e por programas de infraestrutura. “A produção em áreas privadas, porém, tende a decrescer devido ao aumento da fiscalização, dificuldade de expansão em função dos problemas fundiários na Amazônia, substituição da madeira por outros produtos, e poucas áreas privadas com floresta e situação fundiária regular”, diz o gerente de Planejamento do SFB, José Humberto Chaves.

Esse panorama coloca as florestas públicas como uma das principais fontes para gerar madeira nativa legal nas próximas décadas, criar empregos, renda e reduzir a pobreza. As florestas não destinadas ocupam um papel especial, pois o potencial produtivo das áreas destinadas – florestas nacionais federais (flonas) e estaduais (flotas) e reservas extrativistas (resex) – não permite atingir, sozinho, a demanda esperada de 21 milhões de metros cúbicos de madeira.

As áreas com potencial para extração florestal em unidades de conservação de uso sustentável, que têm como objetivo a produção e o manejo florestal, somam em torno de 11 milhões de hectares, com uma produção mínima estimada em 6 milhões de m³ por ano.

A conta só fecha se o manejo puder se expandir para as florestas não destinadas, que precisam ser transformadas em áreas específicas para produção. “Isso pode

ocorrer por meio da destinação direta de parte dessas áreas para concessão florestal ou, alternativamente, com a criação de florestas nacionais”, afirma Cláudia Azevedo-Ramos.

Segundo o relatório, há cerca de 15 milhões de hectares de florestas federais não destinadas com capacidade de destinação para a produção florestal, e 25 milhões de hectares em florestas estaduais não destinadas na mesma condição. Esses valores já excluem áreas com potenciais conflito de uso da terra.

A conservação dessas áreas tem ainda importante papel para evitar emissões de gases do efeito estufa, diz a coordenadora do IPAM e uma das autoras do estudo, Ane Alencar. "A destinação destes 15 milhões de hectares para a produção florestal tiraria as terras públicas ainda não destinadas sujeitas a invasão e desmatamento do mercado ilegal de terras, evitando a emissão de cerca de 2 Gton C ou 20% da emissão anual do mundo", afirma.

A sustentabilidade do mercado de florestas nativas, porém, depende também de políticas públicas assertivas e estruturantes, ações para modernizar a indústria relacionada às florestas nativas e captar investidores, além da disponibilização de instrumentos de incentivos econômicos. “Outro tema importante é um ajuste da gestão florestal a nível federal que resulte na clareza do papel de cada instituição, e que não tenham vários balcões públicos para o empreendedor atuar na área”, afirma Cláudia Azevedo-Ramos.

Publicado: quarta-feira, 21 de dezembro de 2011, 12h51.

SFB e Ipam lançam publicação "Florestas Nativas de Produção Brasileira"

O Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia lançam nesta quarta-feira, 21, em Brasília (DF), "Florestas Nativas de Produção Brasileira".

A publicação analisa como atender estrategicamente à demanda futura por madeira proveniente de manejo florestal em florestas nativas brasileiras, como foco na Amazônia, e, ao mesmo tempo, preservar as funções ecológicas desses ecossistemas, com benefícios locais e globais.

Qual a contribuição de áreas públicas e privadas para a oferta de madeira? O quanto se pode evitar de emissões de Carbono? O que é necessário para evitar um "apagão florestal"? Essas são perguntas respondidas na publicação.

Lançamento

Data: 21 de dezembro de 2011, das 15h45 às 17h

Local: Auditório do Cenaflor (Serviço Florestal Brasileiro - SCEN Trecho 2, Lote 4 - Brasília/DF)

Contato para a imprensa

Serviço Florestal Brasileiro
Assessoria de Comunicação
(61) 2028-7130/ 7293/ 7277/ 7125
comunicacao@florestal.gov.br

IPAM
Assessoria de Comunicação
(61) 2109-4159

Publicado: segunda-feira, 19 de dezembro de 2011, 12h54.

Serviço Florestal tem nova ouvidora



A advogada Fernanda da Silveira Campos é a nova ouvidora do Serviço Florestal Brasileiro. Analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente desde 2006, Fernanda Campos tomou posse no dia 13 de dezembro.

Nomeada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, ela exercerá um mandato de três anos. As atribuições da Ouvidoria estão previstas no artigo 62 da Lei nº 11.284/2006, que criou o Serviço Florestal e disciplina a gestão de florestas públicas.

Nos últimos quatro anos, a nova ouvidora trabalhou na Assessoria Jurídica do SFB, atuando na análise jurídica de convênios e acordos de cooperação técnica celebrados pelo órgão. Confira a seguir a entrevista com Fernanda Campos sobre como será o trabalho à frente da Ouvidoria.

Qual o papel da Ouvidoria do SFB?

A Ouvidoria é a unidade do Serviço Florestal Brasileiro que trata das manifestações dos cidadãos – tanto dos membros da comunidade interna (servidores, estagiários e prestadores de serviços), quanto da comunidade externa. É a instância de interlocução entre o órgão e o público e atua na melhoria da qualidade do serviço prestado, uma vez que visa a estimular a participação do indivíduo no controle e na avaliação da instituição e de seus serviços. O trabalho da Ouvidoria, que é um instrumento para a transformação institucional permanente, tem o intuito de agregar valor ao SFB e evitar a repetição de reclamações dos cidadãos sobre os mesmos assuntos. Em síntese, a Ouvidoria mantém seu foco no coletivo, procurando corrigir eventuais distorções existentes nos processos de trabalho e, assim, evitar que os problemas se tornem recorrentes.

Quais as metas da Ouvidoria para 2012?

Dentre as metas da Ouvidoria do SFB para o próximo ano, destaco a reestruturação da unidade e o estabelecimento de novos procedimentos internos; a modernização da Ouvidoria, com a implantação de um sistema informatizado de gestão, que trará mais agilidade, precisão e segurança às demandas recebidas; o desenvolvimento de um trabalho de divulgação e sensibilização dos servidores e gestores do SFB quanto às atribuições da Ouvidoria; a realização de atendimento nas localidades em que o SFB fará audiências públicas; a participação em reuniões com outras Ouvidorias, especialmente as ambientais, para troca de conhecimentos e definição de ajustes; a implantação de pesquisa de satisfação sobre o trabalho realizado pela Ouvidoria, o que gerará relatórios; e a divulgação dos relatórios elaborados pela Ouvidoria.

Como você avalia o crescimento das Ouvidorias públicas no Brasil?

Considero positivo o crescimento, na medida em que as unidades de Ouvidoria do setor público brasileiro surgiram da constante necessidade de os cidadãos se fazerem representar dentro das instituições governamentais, visto que essas Ouvidorias se constituem no canal direto de comunicação entre os indivíduos e tais instituições. As Ouvidorias públicas têm o sublime papel de ser a voz dos cidadãos dentro dos órgãos e das entidades e de propor melhorias contínuas na prestação dos serviços públicos.

Qual o público da Ouvidoria do SFB?

A ouvidoria do SFB é uma ouvidoria mista e tem por finalidade receber, encaminhar, acompanhar, sistematizar e compilar demandas da comunidade interna (servidores, estagiários e prestadores de serviços) e externa (cidadãos, de forma individual ou coletivamente, por intermédio de ONGs, associações, grupos de quilombolas, empresas, concessionários etc).

Quais são os canais de acesso à Ouvidoria do SFB?

O SFB presta serviços à sociedade brasileira, portanto os cidadãos têm o direito de manifestar suas opiniões por meio de elogios, solicitações, denúncias, sugestões e reclamações. As contribuições possibilitam o aperfeiçoamento do órgão. Para tal, a Ouvidoria disponibiliza vários meios de acesso:

- E-mail: ouvidoria@florestal.gov.br.
- Telefone: (61) 2028-7120.
- Fax: (61) 2028-7001.
- Formulário eletrônico: <https://www.florestal.gov.br>.
- Atendimento pessoal e/ou carta: SCEN Trecho 2, Bloco A do LPF, sala 83, Brasília/DF – CEP: 70.818-900.

Publicado: segunda-feira, 19 de dezembro de 2011, 12h52.

Comissão reúne Serviço Florestal e ICMBio para ampliar manejo nas florestas nacionais

Integrantes dos dois órgãos formarão grupo encarregado de fortalecer a implantação das flonas



A implantação da produção sustentável em florestas nacionais (flonas) por meio das concessões ganhará reforço com a criação da Comissão de Apoio à Gestão das Florestas Nacionais.

A CG Florestas Nacionais, como foi chamada, vai reunir integrantes do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), conforme a Portaria Conjunta 472/2011, publicada na segunda-feira, 12, no Diário Oficial da União.

Segundo o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel, a Portaria sinaliza o esforço do Ministério do Meio Ambiente, que também assina o documento, em realizar ajustes que favoreçam a inserção e participação efetiva das florestas públicas num cenário de economia madeireira sustentável para a Amazônia.

“As florestas nacionais têm como objetivo principal a produção florestal e um clima de negócios favorável é condição essencial para termos o manejo florestal competitivo. É função do governo analisar os fatores que afetam os investimentos florestais e tomar as providências para melhorar esse clima de negócios”, diz.

Áreas

A atuação da CG Florestas Nacionais estará voltada, inicialmente, a 17 flonas no Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, onde há ou existe previsão de concessão florestal. O grupo será encarregado de acompanhar e promover a coordenação das atividades de competência do SFB e do ICMBio relacionadas ao tema.

O Serviço Florestal é responsável por realizar as concessões, instrumento que permite a empreendedores terem acesso à áreas de floresta para a extração sustentável como estratégia para estimular a produção legal de madeira.

Já o ICMBio, que gere as unidades de conservação (UCs), têm entre outras atribuições a elaboração do plano de manejo da UC, que determina a localização e o tamanho da área para produção em florestas nacionais.

A Comissão poderá propor o aperfeiçoamento ou a revisão de atos normativos, procedimentos e rotinas de trabalho do SFB e do ICMBio, assim como promover o diagnóstico e levantamento de medidas necessárias à implantação das flonas, e estabelecer objetivos e metas.

Além dessas ações, a CG Florestas Nacionais poderá articular medidas para a criação e funcionamento dos conselhos consultivos das flonas, que têm a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da unidade de conservação. Pela Portaria, o SFB passa a ter assento nesses conselhos.

A CG Florestas Nacionais poderá ainda articular medidas que promovam a capacitação de servidores envolvidos na gestão das flonas e o aperfeiçoamento e otimização no uso dos recursos financeiros, materiais e humanos envolvidos na gestão dessas UCs.

As reuniões da Comissão serão mensais e poderão contar com a participação de convidados de outros órgãos, públicos ou privados, ou de notório conhecimento sobre assuntos de sua competência para contribuir na execução dos trabalhos da CG Florestas Nacionais.

As decisões do grupo, que contará com três integrantes do SFB e três do ICMBio, serão tomadas por consenso. Trimestralmente, a Comissão deverá apresentar um relatório de suas atividades à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

Publicado: quarta-feira, 14 de dezembro de 2011, 12h55.

Oficina do SFB nivela conhecimento sobre manejo no assentamento Virola-Jatobá (PA)

Agricultores familiares terão informações sobre etapas para a extração sustentável, normas legais e trâmites. Participantes serão levados a reflexão e debate sobre a atividade

O Serviço Florestal Brasileiro promove até quarta-feira, 14, uma oficina sobre manejo florestal comunitário para 40 agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola Jatobá, no Pará.

A extração sustentável de madeira no assentamento é recente – ocorre há apenas três anos com apoio de uma empresa – e no evento, os produtores vão aprofundar seus conhecimentos sobre o uso da floresta pelo manejo, seus benefícios e sobre o papel da comunidade no fortalecimento da atividade, a fim de conduzir ao longo dos anos, além da gestão, também a execução própria do manejo no assentamento.

“Nosso objetivo é promover uma reflexão e levá-los a se empoderar do processo do manejo, avaliar onde pretendem chegar; fazer um grande debate e avaliar como eles estão no cenário do manejo no Pará, uma vez que a comunidade tem uma relação contratual com uma empresa para exploração dos recursos madeireiros”, afirma o técnico da Unidade Regional do Distrito Florestal da BR-163 do SFB, César Tenório, que é um dos monitores.

Os dois primeiros dias da oficina, que começou na segunda-feira, 12, são dedicados a informações sobre as bases conceituais do manejo comunitário, organizações comunitárias que o realizam no Pará e na Amazônia, atividade florestal em assentamentos e oportunidades no manejo, além de trâmites nos órgãos governamentais e atores envolvidos nesse processo.

Também serão feitas explicações sobre as etapas operacionais para a execução da extração sustentável, com a colaboração do Instituto Floresta Tropical (IFT), além de uma apresentação sobre normas relacionadas a manejo madeireiro em áreas da reforma agrária, com foco na Instrução Normativa Nº 65 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apresentada por um técnico do próprio órgão.

O último dia vai privilegiar dinâmicas com os participantes sobre o passo a passo para o uso sustentável dos recursos florestais, avanços, gargalos e soluções para a atividade no assentamento, além de uma análise sobre o Virola Jatobá no contexto da adoção do manejo desenvolvido por comunidades no Pará, finalizando com uma avaliação sobre a oficina. O evento tem apoio do Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e do Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação.

O encontro reunirá integrantes do assentamento ligados a duas organizações locais, a Associação Virola Jatobá e a Cooperativa de Produtores Agrícolas, Orgânicos e Florestais do PDS Virola Jatobá (Coopaf). A comunidade, por meio da Associação, detém um plano de manejo de impacto reduzido no qual o ciclo produtivo (retorno até a primeira área manejada) é de 15 anos.

Como o manejo florestal trabalha em um horizonte de longo prazo – pois as técnicas ligadas à atividade tornam possível extrair produtos madeireiros continuamente com a conservação da floresta – o fortalecimento da comunidade se torna uma peça-chave para obter os benefícios sociais, econômicos e ambientais que a floresta pode proporcionar.

Com esse objetivo, integrantes do assentamento já participaram, este ano, de um curso em campo sobre manejo florestal, de um intercâmbio com a maior cooperativa de manejadores do Pará, a Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) e de um Diagnóstico Organizacional Participativo promovidos pelo SFB.

Publicado: terça-feira, 13 de dezembro de 2011, 12h56.

Serviço Florestal edita resolução que amplia acesso às concessões

Garantia que empreendedor deve apresentar para assinar contrato com o SFB poderá ser depositada em três etapas, e não mais em uma única parcela

Os editais para concessão florestal, instrumento que define as regras para o acesso a áreas de florestas públicas para a prática do manejo florestal sustentável de bens e serviços, ganharão novas regras com a publicação de três resoluções do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) no Diário Oficial da União (DOU) dos dias 5 e 7/12.

"As resoluções conferem maior clareza e transparência aos processos licitatórios, ampliam os incentivos, quando da melhoria de desempenho dos concessionários, e aproximam os contratos de concessão às operações de manejo florestal sustentável e do gerenciamento do negócio florestal", afirma o diretor de Concessões e Monitoramento do Serviço do SFB, Marcus Vinícius Alves.

As normas tratam de pagamentos, valor do contrato, garantias e bonificação, e foram construídas a partir da experiência prática na gestão dos contratos em andamento.

Uma das resoluções, a de Nº 06/2011, permite que a garantia (valor que corresponde à proposta vencedora e deve ser prestada pelo concessionário para a assinatura do contrato), possa ser depositada em três fases, em vez de uma, como

ocorria anteriormente. O documento também estabelece limites máximos e mínimos para a garantia.

“A prestação da garantia em diferentes fases reduz o custo do inicial do processo e amplia a capacidade de investimento do concessionário na qualidade do manejo florestal, principalmente nos primeiros anos de execução do contrato”, afirma o gerente de Concessões Florestais, Marcelo Arguelles.

Licitação

Quem participar de uma licitação para concessão florestal terá que apresentar um documento descritivo que indique como cumprirá sua proposta. A obrigatoriedade está na Resolução 05/2011.

O documento descritivo vale tanto para a parte técnica, que trata de critérios ambientais, sociais e econômicos, quanto para a proposta de preço, que diz quanto o candidato pagará pelo metro cúbico de madeira extraído na área concedida.

O candidato deverá demonstrar de que forma irá gerar o número mínimo de empregos que propôs e como alcançará os índices de eficiência na transformação da tora em madeira serrada, por exemplo. A Resolução 05 permite ainda que o SFB estabeleça limites mínimos e máximos para os indicadores técnicos a fim de evitar propostas sem viabilidade técnica ou econômica.

Bonificadores

Já a Resolução 04/2011 traz os procedimentos sobre bonificação, que são descontos que o empreendedor pode receber ao pagar o Serviço Florestal pelo metro cúbico da madeira extraída desde que alcance ou supere índices de eficiência.

O concessionário poderá solicitar a bonificação até o mês de março de cada ano e o SFB poderá realizar visitas de campo para comprovar os benefícios. Caso a bonificação seja concedida, o desconto será válido durante o próximo período produtivo.

A bonificação é uma forma de estimular a ampliação dos benefícios da concessão e é concedida quando o concessionário adota política afirmativa de gênero, contrata um percentual mínimo de mulheres, apoia ou participa de projetos de pesquisa, ou recupera áreas degradadas que não constavam como obrigação na concessão, por exemplo.

Contratos atuais e próximos editais

Grande parte das novas normas será aplicada, no que couber, aos contratos em andamento, permitindo aos atuais concessionários condições semelhantes às que serão estabelecidas para os novos contratos.

“É importante assinalar que a redução de custos financeiros e de transação promovida pelas resoluções está inserida em uma estratégia de aumento da atratividade das concessões florestais”, afirma o diretor de Concessões e Monitoramento do SFB, Marcus Vinícius Alves.

O Serviço Florestal Brasileiro programa para o primeiro trimestre do ano de 2012 o lançamento de uma série de editais para a concessão florestal nos Estados do Pará e Rondônia, com área aproximada de 1 milhão de hectares.

Publicado: segunda-feira, 12 de dezembro de 2011, 12h57.

SFB abre licitações para fortalecer o manejo comunitário na Amazônia e a restauração da Mata Atlântica

Serão contratadas, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), instituições interessadas em prestar serviços de assistência técnica para atividades florestais e organizações de eventos. Os prazos para enviar propostas encerram entre 13 e 15 de dezembro.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) publicou nos dias 1, 2 e 5 de dezembro [editais de licitação](#) para contratar entidades que prestem assistência técnica voltada para o fortalecimento da produção e da oferta de sementes nativas e mudas para a restauração florestal da Mata Atlântica e para o incremento do manejo florestal em Reservas Extrativistas (RESEX) na região Norte. Os interessados têm até os dias 13, 14 e 15 de dezembro para apresentar as propostas de preço – a depender do edital.

Quem vencer a licitação irá fornecer os serviços para os beneficiários dos projetos selecionados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). A concorrência é aberta a qualquer pessoa jurídica, como empresas, cooperativas, organizações não governamentais e instituições, e será realizada por meio de pregão eletrônico - modalidade de licitação em que os candidatos realizam a oferta pela internet, por meio do site <https://www.comprasnet.gov.br>

Os vencedores dos dois editais voltados para a restauração da Mata Atlântica realizarão as ações de assistência técnica florestal e os eventos de capacitação em áreas deste Bioma na região Nordeste. Os vencedores dos itens licitados no edital destinado a fortalecer o manejo comunitário na Amazônia prestarão serviços para seis a associações de três resex nos estados do Pará e Amazonas. Todos os beneficiários foram escolhidos por meio de chamada pública de projetos do FNDF.

Mais informações sobre a licitação:

Gerência de Capacitação e Fomento do Serviço Florestal

(61) 2028-7161 fndf@florestal.gov.br

Acesse: [Licitação para fornecedores do FNDF](#)

Publicado: sexta-feira, 09 de dezembro de 2011, 13h03.

Serviço Florestal realiza curso sobre produção de castanha para comunitários

Agricultores familiares de três assentamentos na região da BR-163 (PA) têm na semente uma possibilidade de uso da floresta para geração de renda

Comunitários dos projetos de assentamento Terra Nossa, Nelson de Oliveira e Brasília, na região da BR-163 (PA), participaram de um curso sobre diretrizes técnicas do manejo da castanha promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) entre os dias 8 e 10 de dezembro.

Na capacitação, os produtores familiares conheceram práticas para manter a qualidade da castanha – não misturar os ouriços velhos com os novos e separar as castanhas em boas condições daqueles machucadas, por exemplo – e realizaram um treinamento prático sobre como usar GPS e mapear as áreas produtivas.

O curso surgiu após um diagnóstico participativo realizado com as comunidades em que se constatou o potencial de agregar mais agricultores a essa atividade para conseguir melhores condições de mercado, prática de colheita e armazenagem.

“Vimos que somente algumas famílias realizavam a extração da castanha e vendiam a colheita em condições que não incentivavam a atividade, e que, com apoio, esse produto pode ser mais uma fonte de renda”, diz o chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do SFB, Fernando Ludke.

Segundo Ludke, o aproveitamento da castanha se soma a outras possibilidades de obtenção de recursos com a floresta. “Esta oportunidade é muito importante para eles, tendo em vista o início do aproveitamento da reserva legal do assentamento, que pode oferecer no futuro muito mais produtos não madeireiros, como cipó titica e também madeireiros com a elaboração de de um projeto de manejo florestal.”

O curso é realizado pelos técnicos da Unidade Regional do SFB Cléo Motta e Leuzabeth Silva, com o apoio do Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação. A atividade ocorreu em uma escola no projeto de assentamento Terra Nossa, a cerca de 85km de Novo Progresso (PA).

Publicado: sexta-feira, 09 de dezembro de 2011, 12h58.

Concessão no Pará é tema em reunião da CGFLOP



A Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), formada por representantes do governo e da sociedade civil, realizou na quarta-feira, 7, a última reunião do ano. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apresentou informações sobre o próximo edital para concessão florestal, na Floresta Nacional do Amaná (PA), previsto para ser lançado no primeiro semestre de 2012. Os participantes conheceram também os quatro eixos que vão nortear a elaboração dos Planos Anuais de Apoio ao Manejo Comunitário e Familiar – integração de políticas públicas com o manejo comunitário, implementação de programas de assistência técnica com viés florestal contínua e sistêmica, fomento ao manejo comunitário por meio de instrumentos econômicos e habilitação de áreas para o manejo florestal comunitário. Essas diretrizes surgiram como resultado de uma oficina promovida pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) para definir metas estratégicas para o manejo florestal comunitário, que contou com a participação de entidades da sociedade civil. Durante a reunião da CGFLOP, foi lançada a atualização anual do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que aponta a existência de cerca de 300 milhões de hectares de florestas públicas. Houve ainda uma sessão informativa a respeito do Programa de Investimento Florestal (FIP) e sobre a construção do plano de investimentos brasileiro que será apresentado aos doadores de recursos do Programa, para avaliação. Completaram os assuntos em pauta as informações sobre a participação do SFB na última reunião da Rede Iberoamericana de Bosques Modelo (RIABM), na Bolívia.

Publicado: quinta-feira, 08 de dezembro de 2011, 13h05.

Curso forma comunitários da Flona do Tapajós em manejo florestal

Durante toda a semana, participantes receberão informações sobre a gestão de empreendimentos comunitários

Capacitar multiplicadores sobre a Gestão de Empreendimentos Comunitários no Manejo Florestal para poderem atuar em organizações como cooperativas é o objetivo do curso promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em sua Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 e Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor/SFB), em parceria com o Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação. A capacitação ocorre até sexta-feira, 9, no Auditório da Unidade Regional, em Santarém (PA).

Devem ser capacitados 20 participantes entre comunitários, moradores de dentro e do entorno da Flona Tapajós, representantes de organizações governamentais e não governamentais, além de técnicos da Unidade Regional. O curso, de caráter teórico, abordará temas como: "Associativismo" e "Cooperativismo".

De acordo com a técnica de planejamento territorial do SFB, Paula Castanho, o curso vai possibilitar aos comunitários da Flona Tapajós e demais participantes o acesso a informações sobre gestão de organizações que trabalham com a temática florestal. "Queremos capacitar e formar multiplicadores para que possam melhorar o desempenho das organizações que atuam com a questão florestal."

Segundo ela, na Floresta Nacional, a Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) é exemplo de entidade que tem alcançado bastante êxito a partir do manejo florestal no Projeto Ambé. Ela conta que, atualmente, o Serviço Florestal, ICMBio/Flona Tapajós e demais parceiros têm buscado também, dentro da Flona, retomar os projetos anteriormente apoiados pelo Promanejo. "Também estamos implementando atividades com os produtos florestais não madeireiros e buscando retomar os projetos de movelarias, juntamente com o ICMBio/Flona Tapajós".

O Curso "Gestão de Empreendimentos Comunitários no Manejo Florestal - Módulo Básico para Multiplicadores", que começou no dia 5, é apoiado pelo Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação, cuja execução é do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio técnico e a gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO Brasil) e recursos doados pela Comissão Européia.

O Projeto tem por objetivo contribuir para a diminuição do desmatamento na área de influência da Rodovia Cuiabá-Santarém, por meio de ações voltadas ao fortalecimento do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e ao fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Fonte: Com informações da Assessoria de Comunicação do Projeto BR-163

Publicado: terça-feira, 06 de dezembro de 2011, 13h10.

Florestas públicas somam quase 300 milhões de hectares

Números são do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro. A área total de florestas públicas é 4,2% maior que em 2010



Pelo menos 35% do país, ou seja, 297 milhões de hectares são de florestas que pertencem à União, estados e municípios ou ao Distrito Federal. Os dados são do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), elaborado a cada ano pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB). [Acesse aqui o mapa](#)

O levantamento, formado a partir de informações disponibilizadas por órgãos que têm áreas florestais sob seu domínio, mostrou um aumento de 4,2%, ou cerca de 12 milhões de hectares.

Parte dessas novas florestas do Cadastro é de áreas militares, que somam 3 milhões de hectares e pela primeira vez foram

incluídas no mapeamento. Também contribuíram para o aumento a inclusão de outras áreas federais e estaduais.

Uso definido

As florestas destinadas, ou seja, com uso definido e na qual se incluem as áreas militares, correspondem a 76% de todas as florestas públicas. As terras indígenas representam a maior parte das florestas destinadas e contam cerca de 110 milhões de hectares.

Em seguida vêm as unidades de conservação federais, com 61 milhões de hectares; áreas destinadas estaduais, com 41 milhões de hectares; assentamentos da reforma agrária, com 10 milhões de hectares e áreas destinadas municipais, com 5 milhões de hectares.

Sem destinação

Apesar de as florestas destinadas serem maioria, restam mais de 72 milhões de hectares sem uso definido, principalmente na região Norte, onde estão 68 milhões de hectares de florestas não destinadas, em especial no Amazonas, que tem 44 milhões de hectares nessa condição.

“É importante sabermos onde estão e como estão as florestas públicas ainda sem destinação, pois elas também poderão ser utilizadas no futuro para a produção florestal sustentável de bens e serviços, inclusive por meio de concessões florestais”, afirma o diretor de Pesquisa e Informações Florestais do SFB, Joberto Freitas.

Na região Centro-Oeste, existem outros 4,5 milhões de hectares de áreas florestais não destinadas, além de 284 mil hectares no Nordeste. As demais regiões, segundo o Cadastro, não têm florestas com essas características.

Comunidades

O Cadastro pode ser avaliado, entre outras formas, pelo tipo de uso floresta. Aquelas de uso comunitário, ou seja, onde vivem indígenas, agricultores familiares e ribeirinhos são 49% dos 297 milhões de hectares de florestas públicas.

As florestas voltadas à conservação da biodiversidade são 26% e compreendem florestas e parques nacionais, reservas biológicas, por exemplo. As florestas não destinadas representam 24% e as áreas militares, 1%.

Como é feito

A elaboração do Cadastro começa com o levantamento, em órgãos federais, estaduais e municipais das florestas públicas de cada um. A área de floresta pública deve estar representada cartograficamente para poder ser inserida no Cadastro. O Serviço Florestal organiza a base de dados e forma o mapa. Em 2012, deve ser lançado um atlas digital que permitirá consultar as informações colhidas para o levantamento.

Veja aqui a [galeria de mapas do CNFP](#).

Publicado: terça-feira, 06 de dezembro de 2011, 13h07.

SFB colabora na realização do inventário florestal da Flona de Piraí, no Paraná



Em outubro, a Unidade Regional Sul do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em Curitiba (PR), apoiou a realização do Inventário Florestal dos plantios (pinus e araucária) na Floresta Nacional (Flona) de Piraí, localizada no município de Piraí do Sul a cerca de 190 km da capital do estado. O estudo estimou a receita potencial da venda da madeira inventariada na Flona. O estoque total de madeira comercial, na área inventariada, é de 45,6 mil m³, equivalente a um volume de 972 m³/ha. A receita da venda chegaria a cerca de 3,9 milhões de reais.

O SFB orientou e repassou metodologia para os técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsáveis pelos trabalhos de campo. Durante os trabalhos de campo, foram instaladas e medidas 15 unidades de amostra, sendo cinco nos plantios de araucária e 10 nos plantios de pinus. Adotou-se o sistema de amostragem aleatória, com unidades de área fixa de 20m x 20m, conforme planejamento realizado pelo SFB. Para calcular a receita potencial de venda, considerou-se a adoção de preços médios por sortimento e considerando a venda no momento zero, ou seja, sem a incidência de taxas de juros e elaboração de fluxo de caixa.

Com o inventário florestal finalizado, o ICMBio, órgão gestor da Flona, pode finalizar o Plano de Manejo já no início de 2012. O Plano traz informações sobre os recursos naturais, físicos e bióticos da unidade e definições sobre áreas de uso ou conservação. Após sua aprovação, os técnicos do ICMBio poderão iniciar o manejo das áreas e, neste momento, a equipe do SFB poderá novamente auxiliá-los na elaboração do plano de corte, acompanhamento das intervenções silviculturais e no projeto de formação de material propagativo.

A partir do resultado do inventário, o SFB fez algumas recomendações para o trabalho na Flona, entre elas: 1) após o corte dos plantios de Pinus, implantar bancos de sementes para a conservação da espécie de interesse regional; 2) implantar áreas de coleta de sementes de essências nativas com potencial

ecológico e econômico; e 3) formar um banco de sementes para o desenvolvimento de material propagativo de alta qualidade para energia.

Sobre a Flona

A Floresta Nacional de Pirai do Sul foi criada em junho de 2004 por decreto presidencial. A região onde se localiza a FLONA faz parte do histórico "Caminho dos Tropeiros", que teve seu apogeu nos séculos XVIII e XIX e que ligava Viamão, no Rio Grande do Sul, até Sorocaba, em São Paulo. A flona tem uma extensão de 151,9 ha, dos quais 47,2 hectares se constituem em povoamentos de araucária, pinus e imbuia, plantados entre os anos de 1969 a 1984. O restante da área é formado por vegetação secundária e campos de altitude.

Publicado: segunda-feira, 05 de dezembro de 2011, 13h11.

Serviço Florestal e MMA farão levantamento de fundos socioambientais

Objetivo é traçar panorama de mecanismos de apoio e reunir dados para facilitar acesso de informações. Mapeamento também ajudará planejar funcionamento de FNDF

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), e o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Departamento de Florestas, vão fazer um levantamento dos fundos socioambientais estaduais em operação no país.

“Nosso intuito é saber o que, onde e como os fundos socioambientais estaduais estão financiando suas ações, principalmente no que tange a projetos florestais”, afirma o gerente de Fomento e Capacitação do SFB, João Paulo Sotero.

As informações ajudarão a formar um panorama desses mecanismos de financiamento, a divulgar os fundos existentes e linhas em que atuam, além de facilitar a obtenção de informações sobre as características desses instrumentos pelos interessados em acessá-los.

Segundo o gerente, compreender a atuação destes fundos contribuirá para que o FNDF, gerido pelo Serviço Florestal, construa sua estratégia futura de operação e potencialize sua atuação e, conseqüentemente, seus benefícios. “Nos próximos anos, quando o orçamento do FNDF ganhar robustez, considerando que novas concessões florestais entrarão em operação, uma possibilidade é fazer parceria com fundos estaduais no sentido de ampliar os recursos, a capilaridade e também de diminuir sobreposições”, diz.

Como participar

A coleta de dados será feita por meio de um formulário eletrônico disponibilizado nos sites do SFB e do Ministério do Meio Ambiente. O documento está dividido em 12 seções: aspectos gerais, natureza e aspectos legais, áreas de atuação, projetos apoiados, recursos, governança e estrutura, participação social, forma de operação, planejamento, dados do fundo, dados do gestor do fundo e dados do responsável pelo preenchimento.

O levantamento dá continuidade ao mapeamento de informações que o Ministério do Meio Ambiente realizou, em 2005, sobre mecanismos de fomento nos estados. Foram identificados, naquele ano, 50 fundos legalmente constituídos, sendo 26 de meio ambiente, 21 de recursos hídricos e três de direitos difusos lesados, sendo que 15 estavam em operação.

Para o analista ambiental do Departamento de Florestas do MMA e técnico responsável pela primeira pesquisa, Fernando Tatagiba, a atualização “contribuirá para acompanharmos a evolução destes instrumentos de fomento socioambiental, tendo informações sobre a disponibilização de recursos, a participação social, bem como a criação de novos fundos”.

Tatagiba ressalta que a pesquisa atual trará informações específicas sobre o financiamento de atividades florestais, tendo em vista que 2011 é o Ano Internacional das Florestas.

Acesse o formulário [aqui](#).

Publicado: sexta-feira, 02 de dezembro de 2011, 13h15.

Comunidades do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 recebem capacitação em associativismo

Iniciativa visa fortalecer organizações sociais da região que trabalham, entre outros produtos, com o açaí, e, assim, agregar renda às famílias

Representantes de comunidades do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (rodovia Cuiabá-Santarém) participam, até domingo, 4, de um curso sobre noções de associativismo e cooperativismo promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em parceria com outras entidades.

A capacitação auxiliará os comunitários na gestão de seus empreendimentos e contribuirá para o fortalecer as organizações sociais e de comunidades que vivem na área de influência das florestas nacionais (flonas) de Itaituba I e II e do Trairão e de organizações de base dos municípios de Itaituba, Rurópolis e Trairão, todos no oeste do Pará.

O curso, que tem cerca de 30 participantes, vai abordar conceitos sobre organização comunitária, as diferenças entre associação e cooperativa, como criá-las, como funcionam e de que forma a união em torno dessas organizações pode ajudar a superar desafios na produção, gestão e comercialização de seus produtos.

“Eles terão noção de como colocar em funcionamento a sua associação e perceberão que, coletivamente, podem ser responsáveis pelo seu próprio negócio, agregando valor ao seu produto com aumento do poder de barganha” diz o chefe da Unidade Regional do SFB, Fernando Ludke.

Segundo Ludke, a iniciativa atende a uma demanda dos próprios comunitários, dentro de um trabalho mais amplo que busca o fortalecimento do manejo do açaí. “O curso foi identificado no diagnóstico organizacional participativo feito com essas comunidades como sendo prioritário e visa contribuir com o desenvolvimento da atividade para agregar renda às famílias a partir de produtos extrativos”, afirma.

Durante a atividade, as lideranças também terão oportunidade de discutir e trocar experiências sobre a gestão de suas associações e cooperativas, além de esclarecer dúvidas sobre a formalização dessas organizações. A capacitação é realizada na Igreja Católica do KM 25 da rodovia BR-163, em um trecho conhecido como TransCuiabá, no município de Itaituba (PA).

O curso, que começou no dia 1º, é realizado em parceria pelo SFB, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), com apoio do Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação. As atividades da capacitação têm ainda a participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Pará (OCB-PA) e da Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona).

Publicado: sexta-feira, 02 de dezembro de 2011, 13h14.

União de produtores e instituições fortalece o manejo do açaí

Produtores rurais já construíram viveiro com aproximadamente 3 mil mudas



O Grupo de Trabalho (GT) Manejo do Açaí dos Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais de Trairão e Itaituba I e II tem avançado nas discussões para implementar o manejo do açaí em comunidades situadas no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (DFS BR-163). As ações são promovidas pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Projeto BR-163 – Floresta, Desenvolvimento e Participação.

Neste ano, o GT realizou o Diagnóstico Participativo sobre o Uso do Açaí e um Plano de Ação Participativo para priorizar as demandas das comunidades. No período de 21 a 25 de novembro foi realizada a primeira demanda apontada no Plano de Ação, um curso sobre produção de mudas e construção de viveiros, realizado no Distrito Bela Vista do Caracol, no município do Trairão (PA). Representantes de comunidades do entorno das Flonas de Itaituba I, II e Trairão participaram da capacitação. O curso contou com aulas teóricas no auditório da Cooperativa Mista Agroextrativista do Caracol (Coopamcol) e atividade prática desenvolvida em área cedida por uma palmeira da localidade. Ao final, os participantes construíram um viveiro com aproximadamente 3 mil mudas prontas para plantio em campo, previsto para o próximo período chuvoso, novembro de 2012.

Desde agosto deste ano a Coopamcol está se mobilizando para acessar benefícios do Programa Pará Rural. No período, ocorreu a apresentação do programa aos comunitários da área de influência das Flonas de Itaituba I, II e Trairão. Os cooperados conheceram e levantaram questionamentos quanto à proposta do financiamento.

O Pará Rural é um programa do Governo do Estado do Pará que visa o aumento da renda e melhoria das condições de vida das comunidades rurais mais pobres através de duas frentes: financiamento de processos locais produtivos e gestão

fundiária e ambiental. O benefício investe em projetos da agricultura familiar de associações em todo Estado.

A Coopamcol apresentou um projeto ao Programa com mais de 100 produtores que devem receber recursos para produção de galinha, macaxeira e carneiro. Os cooperados definiram que o recurso também será destinado à recuperação de áreas degradadas com a construção e manutenção de viveiros florestais, principalmente para produção de mudas de açaí e outras essências florestais. A finalidade do projeto é produzir polpa de açaí para melhorar a renda das famílias de agricultores.

Açaí na BR-163

O açaí é uma espécie que vem sendo amplamente utilizada não só na Amazônia como em todo o país. De acordo com os dados do Serviço Florestal Brasileiro, o fruto é o segundo produto não madeireiro extraído das florestas naturais com aproximadamente 115,9 mil toneladas por ano. A espécie está inserida na lista de Produtos da Sociobiodiversidade e a polpa tem garantia de preço mínimo em programas governamentais. O açaí vem ganhando diversos incentivos do governo na produção e comercialização.

Na Amazônia, ocorrem duas espécies de açaí: *Euterpe oleracea* Mart. (açaí de touceira) e *Euterpe precatoria* Mart. (açaí solteiro) distribuídas pelos estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Tocantins e Maranhão. A espécie *Euterpe oleracea* Mart é nativa da região e o Estado do Pará é o principal centro de dispersão natural.

O açaí vem sendo amplamente utilizado em todo país, tanto a polpa do fruto como o palmito. Ao longo da BR-163, em especial nos municípios de Trairão, Itaituba e Rurópolis há uma produção significativa de palmito em conserva, que vem gerando renda para a população local.

As comunidades ao longo da BR-163 utilizam o açaí nativo da região, mas ultimamente está plantando a variedade do açaí precoce (BRS Pará), desenvolvida pela Embrapa Amazônia Oriental. As sementes dessa variedade foram distribuídas pela Secretaria da Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) e Secretaria da Agricultura do município de Itaituba.

GT para o Manejo do Açaí

O Grupo de Trabalho é formado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) e a Cooperativa Mista Agroextrativista do Caracol (Coopancol), responsáveis por realizar oficinas sobre manejo do açaí.

Para a engenheira florestal da Unidade Regional do SFB na região do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, Daniela Pauletto, as reuniões para apresentação do Programa Pará Rural serviram de estímulo e união das associações e cooperativas da região, além de representar uma oportunidade para melhoria na produção dos agricultores familiares e investimento na recuperação de áreas degradadas.

“A atividade faz parte de uma série de interferências elaboradas a partir do Plano de Ação Participativo, firmado em agosto deste ano pelo GT junto às comunidades. A discussão sobre a atividade iniciou nas reuniões do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Itaituba I, onde foi elaborado um plano de trabalho com as ações e os responsáveis para desenvolvê-las ao longo do ano de 2011. Posteriormente, foi criado um Grupo de Trabalho que realizou oficinas, junto às comunidades, para realizar um diagnóstico participativo do uso do açaí na região. O público-alvo do diagnóstico foram agricultores familiares residentes em comunidades do entorno das Flonas de Itaituba I, Itaituba II e Trairão que têm uma relação histórica com o uso do açaí”, explicou Pauletto.

No ano de 2000, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios foco das ações está classificado como médio-baixo, com exceção de Itaituba que alcança o nível médio-alto. A economia do local é baseada em atividades relacionadas à agricultura familiar, pecuária e extrativismo madeireiro, sendo que o não-madeireiro necessita de fomento para a realização de atividades sustentáveis, principalmente no que se refere ao produto palmito de açaí.

O Grupo de Trabalho para o Manejo do Açaí tem ações viabilizadas pelo Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação, executado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o apoio técnico e a gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO Brasil) e recursos doados pela Comissão Européia.

Seu objetivo é contribuir para a diminuição do desmatamento na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém, por meio de ações voltadas ao fortalecimento do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e ao fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Fonte: *Assessoria de Comunicação do Projeto BR-163*

Publicado: quinta-feira, 01 de dezembro de 2011, 13h19.

FNDF apoiará qualificação de extensionistas e a gestão de negócios florestais

Temas compõem o Plano de Aplicação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e foram aprovados pelo Conselho Consultivo



O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) deve apoiar no próximo ano a qualificação de extensionistas e de estudantes universitários para fortalecer atividades florestais sustentáveis, além da capacitação e assistência técnica para a gestão de negócios florestais madeireiros, ambos na Amazônia e na Caatinga.

Os dois temas compõem as linhas de ação do Plano Anual de Aplicação Regionalizada 2012 apresentado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), gestor do Fundo, ao Conselho Consultivo do FNDF na quarta-feira, 30. O Conselho, que tem caráter consultivo e reúne órgãos de governo e organizações da sociedade civil, aprovou a indicação dos temas.

A estimativa é que o FNDF tenha R\$ 2 milhões para lançar as chamadas de projetos. Segundo o gerente de Fomento e Capacitação do Serviço Florestal, João Paulo Sotero, as linhas de ação foram escolhidas em função do potencial para aumentar os benefícios de outras iniciativas em curso.

A capacitação e a assistência técnica para a gestão de negócios florestais, por exemplo, será oferecida nas regiões de influência das concessões florestais, atualmente situadas em Rondônia e no Pará. “Nosso objetivo é contribuir para que o mercado de produtos florestais próximo às áreas concedidas se modernize, assim, a ação do FNDF será complementar às concessões como indutora do desenvolvimento local”, afirma Sotero.

Já a qualificação de extensionistas e universitários na Caatinga contribuirá na preparação de profissionais para atuar no manejo florestal, considerando o crescimento dos investimentos para a promoção do manejo florestal na região, principalmente nas regiões dos pólos produtores de gesso e de cerâmica.

Iniciativas de apoio ao manejo nesses pólos surgiram recentemente do Fundo Nacional do Meio Ambiente em parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa e

apoio do SFB, que lançaram termo para apoiar produtores rurais a manejar a floresta, com quase R\$ 3 milhões.

“Os pólos gesseiro e ceramista são ramos industriais que demandam muita energia em seus processos produtivos, sobretudo biomassa, geralmente produzida em bases não sustentáveis. O manejo pode prover lenha sustentáveis e nossa ação será complementar, ao qualificar as pessoas que trabalham com a extração sustentável desses produtos florestais”, diz o gerente.

Mata Atlântica

Ainda em dezembro, o Serviço Florestal deve realizar licitação, por meio de pregão eletrônico, para contratar as instituições que vão atender produtores de mudas e sementes de espécies florestais nativas da Mata Atlântica. Quem vencer a concorrência prestará serviços de capacitação e assistência técnica para 10 comunidades nos estados de Pernambuco, Paraíba e Bahia.

A ação é resultado das chamadas do FNDF realizadas em 2010, que também abrangeram atividades para comunidades extrativistas na Amazônia e agricultores familiares de assentamentos na Caatinga, no estado do Piauí. A entidade que prestará assistência técnica em manejo para os assentados no Piauí foi contratada em agosto e já iniciou seus trabalhos.

“O FNDF está inovando com as formas de contratação dos projetos, tornando-as mais ágeis e com menor custo de transação interna, o que o coloca pronto para receber outros aportes que possam dar maior impacto as ações de fomento florestal”, diz a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Saiba mais

O Conselho Consultivo do FNDF é formado pelo SFB, representantes dos ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Também integram o Conselho integrantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção (Conticom) e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Publicado: quinta-feira, 01 de dezembro de 2011, 13h17.

Estados buscarão intercâmbio sobre licenciamento para o manejo florestal comunitário

Encontro promovido pelo Serviço Florestal entre órgãos estaduais de meio ambiente, Ibama, ICMBio e Incra mostrou gargalos, avanços e maiores possibilidades de diálogo



Os órgãos ambientais de quatro estados da região Norte – Acre, Amapá, Amazonas e Pará – vão procurar fazer um intercâmbio entre eles com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os avanços no licenciamento para o manejo florestal comunitário alcançados por cada um.

O resultado faz parte dos encaminhamentos da oficina promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro em Brasília (DF) da qual participaram cerca de 30 técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (Imap), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema/PA), além de representantes do Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e SFB.

“A troca de experiências foi muito rica e eles se mostraram bastante interessados em saber como os outros estados adequaram sua legislação para poder simplificar os processos de licenciamento para que as comunidades possam realizar o manejo sustentável da floresta”, afirma a gerente de Florestas Comunitárias do SFB, Elisângela Januário.

O objetivo do seminário foi compartilhar os mecanismos de sucesso usados por alguns estados para facilitar o licenciamento da atividade produtiva florestal do pequeno produtor ou da comunidade. “O Serviço Florestal, junto com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), funcionou como um facilitador desse encontro, já que o licenciamento tem sido recorrentemente apontado nos fóruns de discussão como um gargalo no Manejo Florestal Comunitário”, diz a diretora de Fomento e Inclusão Florestal, Claudia Azevedo-Ramos.

Cada estado apresentou seu processo de licenciamento, detalhando etapas e normativos. Os procedimentos adotados pelo Acre foram um dos que mais chamaram a atenção. O estado criou legislação própria e presta assistência técnica direta para o manejo comunitário, além de ter conseguido acelerar os processos de licenciamento devido a um acordo de cooperação técnica firmado com o Incra. “Fico feliz de poder compartilhar isso com os colegas e fico aberto para fazermos mais intercâmbios e podermos falar mais disso”, afirmou o presidente do Imac, Fernando Lima.

PMFS simplificado

Os participantes também se interessaram pela legislação do Amazonas em relação aos planos de manejo florestal sustentáveis (PMFS) comunitários. O estado simplificou o formato do PMFS para pequenos produtores cuja área de manejo no ano não ultrapasse 400 hectares.

No inventário florestal, que traz informações sobre a composição florística da área, só são identificadas e plaqueteadas a árvore que será extraída e mais três da mesma espécie. “É bem simplificado em relação ao convencional, que logicamente exige mais rigor porque o volume de madeira que sai de um plano de manejo empresarial é muito maior”, diz o técnico do Ipaam Sidney Barbosa.

“Percebemos um benefício social muito grande porque antes dessa iniciativa nosso caboclo ribeirinho ou amazonense vendia a árvore por R\$ 10, já que fazia na ilegalidade. Hoje, quem está nesse plano, nesse programa, vende o metro cúbico e, dependendo da espécie, vai vender a árvore por R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 em função do volume da árvore e legaliza o produto dele” afirma.

Os representantes do Pará, onde a maior demanda de planos de manejo comunitário vem de assentamentos da reforma agrária, manifestaram a intenção de estreitar a troca de experiências com o Acre e o Amazonas. Para tornar o licenciamento mais ágil, o estado tem investido no aumento de servidores com a realização de concurso público.

O Amapá, embora não tenha plano de manejo comunitário protocolado no órgão ambiental, deseja estimular a atividade entre agricultores familiares em assentamentos com potencial florestal, além de fazer intercâmbio com o Acre e o Amazonas.

O Serviço Florestal Brasileiro apoiará os estados para o aprofundamento do diálogo iniciado durante o seminário e poderá auxiliá-los na capacitação de técnicos nas temáticas do manejo florestal comunitário, além de poder prestar assessoria técnica aos processos de revisão da legislação e procedimentos, através de ações inseridas no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e de acordo com as demandas apresentadas por esses atores.

O encontro configurou-se como uma oficina de trabalho entre os participantes, tendo sido restrito aos órgãos ambientais estaduais e federais.

Órgãos federais

Três instituições federais ligadas ao licenciamento, ou seja, o Incra, o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também participaram da oficina. O encontro ajudou a ampliar os canais de comunicação entre os órgãos de meio ambiente nas diferentes esferas de governo e abriu a possibilidade de criar sinergias entre as ações dessas diferentes esferas. Como fruto do encontro, os representantes dos órgãos ambientais estaduais vão se articular para fazer reuniões com Incra e ICMBio com o intuito de revisar procedimentos e garantir a celeridade dos processos de licenciamento com vistas à viabilização do manejo florestal comunitário nos assentamentos e unidades de conservação de uso sustentável.

Publicado: quarta-feira, 30 de novembro de 2011, 13h21.

Informações sobre a gestão florestal no Nordeste serão disponibilizadas em Portal

Serviço Florestal realiza, no Recife (PE), capacitação com 8 estados para mostrar como inserir informações no Portal Nacional da Gestão Florestal, que aumentará transparência e facilitará acesso aos dados gerados por órgãos ambientais

O Serviço Florestal Brasileiro promove até quarta-feira, 30, no Recife (PE), uma oficina para representantes de órgãos ambientais da região Nordeste sobre o Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF). Participam do encontro os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

No encontro, que começou na segunda-feira, cerca de 20 técnicos recebem orientações sobre como inserir as informações de seu estado no Portal. O PNGF vai integrar dados de todo o país sobre planos de manejo florestal sustentável, autorizações de supressão da vegetação, fiscalização, produtos florestais apreendidos, recursos orçamentários e participação social na gestão florestal, entre outros relacionados à gestão das florestas. O evento é realizado com o apoio da Unidade Regional Nordeste do SFB.

A gerente substituta de Informações Florestais do SFB, Cláudia Rosa, explica que, com a capacitação, os estados do Nordeste fortalecem a iniciativa nacional de conferir mais transparência à gestão florestal no país por meio do Portal. Quando as informações estiverem disponíveis, será possível gerar estatísticas e fazer análises regionais e nacionais. Além disso, o PNGF será um importante instrumento

de gestão pelo próprio órgão estadual de meio ambiente pela quantidade de informações estratégica que produzirá.

“O Portal permite avaliar como o Estado está atuando na proteção das florestas e trará informações que vão subsidiar o desenvolvimento de políticas florestais, e auxiliar no planejamento, gerenciamento e controle florestal por parte dos órgãos do Sisnama [Sistema Nacional de Meio Ambiente]”, diz Cláudia.

Esta é a segunda vez que o Serviço Florestal promove um encontro com os estados do Nordeste sobre o Portal. Em 2009, os órgãos ambientais da região puderam fazer sugestões ao PNGF, que estava em desenvolvimento. Hoje, o sistema do Portal está concluído e os estados já podem colocar os dados para torná-lo uma fonte efetiva de consulta.

O Portal Nacional da Gestão Florestal surgiu para cumprir a exigência da Resolução 379 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal e está amparada, entre outras normas jurídicas, pela Lei 10.650/03, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

Publicado: terça-feira, 29 de novembro de 2011, 13h02.

Seminário reúne estados para debater licenciamento do manejo florestal comunitário

Encontro é realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro como forma de estimular discussão demandada pela sociedade civil

O licenciamento no manejo florestal comunitário é o tema de um seminário que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) promovem nesta quarta e quinta-feira, dias 24 e 25/11, com a presença de instituições federais e órgãos estaduais de meio ambiente em Brasília (DF).

O objetivo do encontro é contribuir para aperfeiçoar o processo de licenciamento do manejo comunitário a partir da troca de experiências sobre normas, procedimentos internos e aspectos administrativos adotados pelos estados. O encontro terá a participação de representantes do Acre, Amapá, Amazonas e Pará.

Desde 2006, quando houve a descentralização da gestão florestal, os estados são responsáveis por aprovar o licenciamento ambiental e os planos de manejo em florestas que estão sob a jurisdição dessa esfera de governo. As comunidades tradicionais e de agricultores familiares só podem fazer o uso sustentável da floresta para a extração de madeira e produtos não madeireiros após a obtenção das autorizações pelos órgãos competentes.

Órgãos federais

Como o licenciamento para o manejo comunitário também envolve entidades federais, o seminário terá a participação do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo a gerente de Florestas Comunitárias do SFB, Elisângela Januário, o seminário busca atender aos anseios da sociedade. “A demanda por uma discussão sobre o assunto é recorrente” diz. “Mais recentemente, surgiu nas oficinas de elaboração do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010, na oficina de plano estratégico 2012-2015 do Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e no encontro de Parintins dos movimentos sociais”, completa.

Ao final do encontro, espera-se ter um mapeamento da situação dos sistemas estaduais para o licenciamento do manejo florestal comunitário, a sistematização de sugestões para aperfeiçoá-los, assim como um panorama dos avanços e desafios na área.

Serviço

Seminário “Licenciamento para o manejo florestal comunitário: compartilhando experiências e soluções”

Quando: quarta e quinta-feira, dias 24 e 25/11

Horário: 9h às 18h

Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro – SHDB QL 32, Conjunto A, Lago Sul (entrada da Ermida Dom Bosco)

Publicado: quarta-feira, 23 de novembro de 2011, 13h03.

SFB e ICMBio ampliam diálogo com comunidades da Flona de Saracá-Taquera, no Pará

Equipe reuniu-se com representantes de comunidades que moram no interior e no entorno da unidade de conservação para prepará-los para o debate sobre a revisão do plano de manejo da Flona e informar sobre as concessões florestais



Comunidades tradicionais de quilombolas e de agricultores familiares habitam o entorno e o interior da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, na Calha Norte do Pará. Em outubro, a relação entre os comunitários e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se intensificou.

Ao longo de uma semana, técnicos do SFB e do ICMBio percorreram a região para se reunir com representantes das comunidades da região com o objetivo de ouvir os moradores e saber como eles utilizam os recursos da Flona. Estima-se que 500 famílias tenham relação com a unidade de conservação. Houve reuniões em 13 locais entre os dias 22 a 28/10.

A viagem serviu como uma etapa preparatória à oficina participativa de revisão do Plano de Manejo da Flona prevista para ocorrer no início do próximo ano, pois os representantes das comunidades serão chamados para colocar suas sugestões e contribuições para uma nova versão do Plano de Manejo. Ao mesmo tempo, as comunidades foram informadas sobre o processo de concessão florestal promovido pelo SFB em Saracá-Taquera.

Concessões

Parte da floresta nacional é considerada zona de produção florestal e 48,8 mil hectares dos 429 mil que formam a Flona já encontram-se sob concessão florestal. Duas empresas paraenses venceram o processo de licitação realizado pelo Serviço Florestal que lhes concedeu o direito de extrair madeira de forma sustentável no local pelos próximos 40 anos.

Em todas as reuniões, as comunidades foram informadas sobre a concessão, que em breve deve contar com mais uma área, de cerca de 93 mil hectares, a ser licitada. “Aproximamos nossa relação com as comunidades, preparando-as para aproveitar os benefícios que serão gerados pelas concessões”, afirma o gerente de Concessões do SFB, Marcelo Arguelles, que fez parte do grupo que visitou as comunidades.

Mais de 80% das contratações devem ser realizadas entre moradores dos municípios que abrigam a Flona. A concessão também vai destinar parte dos recursos arrecadados para investimentos em ações relacionadas à sustentabilidade e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, do qual participam a sociedade civil, é que vão dizer em que esses recursos serão aplicados. A expectativa é que a atividade produtiva tenha início em 2012.

A maior interlocução com as comunidades, fortalecida com a visita aos representantes de todas elas, também vai favorecer o controle social das concessões, na medida em que os moradores conhecem melhor esse processo.

Revisão

A visita às comunidades trouxe informações sobre a revisão do Plano de Manejo da Flona. “Foi um debate claro, transparente, com liberdade total para as comunidades, com uma democracia acontecendo”, diz o presidente da Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucúá, Emerson Carvalho, que integrou a equipe da viagem. Esse processo é novo e ainda não tinha sido adotado quando foi elaborado do Plano de Manejo, em 2002.

As principais demandas da comunidade estão relacionadas à criação de uma zona populacional na porção sudeste da Flona. Na revisão, será debatido como compatibilizar o uso que as comunidades já fazem na Flona com o Plano de Manejo, que estabelece o zoneamento e suas regras. “A gente entende que a Flona, por ser uma unidade de uso sustentável, é uma alternativa para as comunidades melhorarem a sua geração de renda e a sua qualidade de vida”, diz o chefe substituto da Flona de Saracá-Taquera, André Macedo.

O diálogo que se estreitou deve se manter devido aos resultados que foram obtidos. “Vimos [as reuniões] como um ponto de partida, não como algo pontual”, diz André Macedo, do ICMBio. Depois que a revisão do Plano de Manejo for concluída, a ideia é refazer a viagem; desta vez, levando os resultados e ouvindo a comunidade.

A equipe que visitou os comunitários foi formada, por parte do SFB, pelo gerente de Concessão, Marcelo Arguelles, pelos técnicos da Unidade Regional do Distrito Florestal da BR-163 Adriana Bariani, Cleo Mota e pelo chefe substituto Marcelo Melo, pela técnica da cooperação entre o SFB e a GIZ (Agência Alemã de Cooperação Internacional) Bernadette Weiss, pela técnica da Gerência de

Florestas Comunitárias Wanda Alencar e pelo técnico da Gerência de Cadastro Nacional de Florestas Públicas Rodrigo Martins dos Santos.

Pelo ICMBio, participaram o chefe da Flona de Saracá-Taquera, José Risonei Silva, e o chefe substituto da Flona, André Macedo. A sociedade civil foi representada pelo presidente da Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá, Emerson Carvalho, que também é o representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Oriximiná no Conselho Consultivo da Flona. Completou o grupo uma integrante da empresa contratada para fazer a revisão do Plano.

Publicado: terça-feira, 22 de novembro de 2011, 12h57.

Prazo para cadastrar iniciativa sustentável no Cerrado é prorrogado

Interessados terão até o dia 4 de dezembro para mostrar atividades que estimulam conservação do bioma

Foi prorrogado para o dia 4 de dezembro o prazo para participar do Cadastro de Iniciativas e Negócios Sustentáveis no Cerrado, ação do Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro voltada à divulgação, aproximação e troca de experiências entre aqueles que desenvolvem boas práticas de uso e conservação desse bioma.

O Cadastro é aberto a diferentes públicos e abrange desde órgãos governamentais e empresas públicas e privadas a fundações, organizações não governamentais, associações indígenas, comunidades tradicionais ou agroextrativistas e instituições de ensino, pesquisa e tecnologia.

A atividade deve compreender uma das cinco categorias, que são (1) Produção Sustentável, (2) Beneficiamento e Comercialização Eficientes, (3) Tecnologias Socioambientais, (4) Políticas Públicas para o Cerrado e (5) Turismo Sustentável.

Em Produção Sustentável, serão consideradas ações de uso, recuperação e manejo sustentável dos recursos e produtos da biodiversidade do Cerrado que contribuam para a geração de benefícios ambientais, sociais e econômicos para a região.

Já a parte de Beneficiamento e Comercialização trata de estratégias que agreguem valor aos produtos da biodiversidade do bioma e deem viabilidade à produção em escala local, com acesso a mercados consumidores.

A categoria Tecnologias Sociais abrange iniciativas nesse campo, inclusive sociais, para valorização e uso sustentável dessa biodiversidade. Em Políticas Públicas,

podem participar aqueles que usem desse instrumento para promover o uso sustentável e a conservação do Cerrado em âmbito local e ou regional.

Turismo Sustentável abrangerá práticas voltadas ao turismo que estimulem o uso sustentável dos recursos naturais e contribuam para a geração de benefícios sociais e econômicos para a região e demonstrem a integração do sistema de produção tradicional e a manutenção da vegetação típica do bioma.

As melhores iniciativas serão reunidas em uma publicação em formato impresso ou eletrônico e ajudarão socializar a informação de onde estão e quais são as ações capazes de inspirar outras semelhantes.

O Cerrado é o segundo maior bioma do país e ocupa cerca de 24% do território. Abrange a região central do país e se estende de parte do litoral do Maranhão até o norte do Paraná. O bioma é considerado hot spot mundial, ou seja, está entre os mais ricos e ameaçados do mundo.

Estima-se que 50% das espécies de abelhas e mais de 40% das plantas lenhosas sejam endêmicas, ou seja, só ocorram nas savanas brasileiras, e também em torno de 5% da biodiversidade do planeta esteja no Cerrado.

Publicado: sexta-feira, 11 de novembro de 2011, 12h59.

Serviço Florestal participa de encontro da FAO sobre manejo e mudanças climáticas

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa nesta quarta-feira, 9, em Lima (Peru), do segundo encontro de especialistas sobre manejo florestal e mudanças climáticas, promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O SFB será representado pelo gerente de Concessões Florestais, Marcelo Arguelles.

A FAO tem promovido discussões com o objetivo de desenvolver diretrizes que ajudem gestores florestais a responder aos desafios das mudanças climáticas e às oportunidades relacionadas ao manejo florestal. Tais instruções poderão ser úteis para potencializar os benefícios do manejo florestal no combate às mudanças climáticas.

O encontro dá continuidade aos debates iniciados na primeira reunião de especialistas sobre mudanças climáticas e manejo realizada em junho, em Katmandu (Nepal). Em Lima, os participantes vão revisar o documento preliminar sobre diretrizes, produzido a partir das sugestões colocadas em Katmandu.

As florestas desempenham um importante papel na mitigação das mudanças climática pois absorvem e estocam carbono, principal gás causador do efeito

estufa. Já o manejo florestal, que é o uso sustentável da floresta, permite a extração de produtos madeireiros e não madeireiros com a manutenção da floresta em pé, o que evita o desmatamento e, conseqüentemente, emissões.

Publicado: terça-feira, 08 de novembro de 2011, 13h01.

Líderes comunitários conhecem funcionamento da Coomflona

Cooperativa situada na Floresta Nacional do Tapajós, no oeste do Pará, é uma das mais bem-sucedidas no manejo florestal comunitário



Representantes de entidades sociais que desenvolvem o manejo florestal comunitário, participantes do intercâmbio promovido pela Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) conhecerem o trabalho desenvolvido pela Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona). A atividade, viabilizada pelo Projeto BR-163 – Floresta, Desenvolvimento e Participação, foi realizada na última sexta-feira, dia 21 de outubro, no km 83 da BR-163, na Floresta Nacional do Tapajós, em Belterra, Pará.

Para Raimundo Nonato, representante da Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Igarapé do Anta, essa foi a primeira vez que conheceu de forma mais detalhada o manejo comunitário florestal desenvolvido por uma cooperativa. "Sempre trabalhei com a agricultura familiar e hoje tenho a oportunidade de conhecer como funciona o trabalho do manejo florestal sustentável. As trocas de conhecimentos me motivam a buscar novas parcerias e acreditar que vai dar certo como deu com a Coomflona", destacou Nonato.

Ana Cléia Azevedo participou do intercâmbio como representante da Associação Virola Jatobá, localizada no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) III e IV de Anapú, que faz manejo florestal, oficina de móveis rústicos, artesanato de bijóias e agricultura familiar. Segundo a participante, o intercâmbio foi um importante espaço para que as associações conhecessem a organização.

"Aprendemos que o início de tudo é o estatuto. Ele quem vai nortear as principais atividades. Vamos ter dificuldades como a Coomflona teve no início, mas podemos confirmar que existe uma organização interessante", disse Ana Cléia.

Participaram do intercâmbio 16 assentados do PDS Virola Jatobá, de Anapu, PDS Igarapé do Anta, de Santarém e extrativistas das comunidades Arimum e Juçara da Reserva Extrativista (Resex) Verde Para Sempre, de Porto de Moz.

A visita à Flona do Tapajós foi o último dia da programação do Intercâmbio de Experiências de Organização Social em Atividades de Manejo Florestal Comunitário, que teve uma carga horária de 32 horas de atividade. O objetivo da iniciativa foi promover a troca de conhecimentos e experiências entre agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais sobre a gestão social do manejo florestal comunitário em áreas de florestas públicas. Os participantes puderam conferir de perto os mecanismos de gestão de um empreendimento florestal desenvolvido por comunidades, assim como as diferenças entre associação e/ou cooperativa, informações necessárias para iniciar de forma estruturada um processo de organização.

Saiba mais sobre a Coomflona

Atualmente a Coomflona é formada por mais de 150 cooperantes de 23 comunidades da Flona do Tapajós localizadas nos municípios Belterra e Aveiro.

De acordo com o presidente da cooperativa, Sérgio Pimentel, morador há 50 anos na Comunidade de Tauari, dentro da Flona do Tapajós, as discussões para criação da Coomflona iniciaram em 1999 por três associações. "Inicialmente, enquanto produtores rurais que trabalhavam de forma individual, não tínhamos muito retorno. Após as discussões e a implantação do projeto de manejo, nossa renda melhorou", contou Pimentel.

Segundo ele, todos participantes da Coomflona sentem a diferença, do antes e do depois da cooperativa. "Quando as pessoas começam a se conscientizar, com respeito ao meio ambiente, num trabalho visando um impacto reduzido, vejo que essa é a solução para outras comunidades locais, principalmente as da Amazônia", argumentou Pimentel.

Além do manejo madeireiro, a Coomflona desenvolve trabalhos com os não-madeireiros, como a extração de óleos vegetais, reaproveitamento de madeira para a construção de móveis e a coleta de sementes para a elaboração de biojóias.

Em 2003, os comunitários foram incentivados pelo Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo) que atuou durante 11 anos na Flona do Tapajós, por meio de financiamentos do Banco Alemão de Desenvolvimento KfW. A partir da portaria número 40/2003 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

(Ibama) foi autorizado o início do projeto em forma experimental. Mas em 2005, houve a aprovação de forma definitiva do desenvolvimento do manejo comunitário durante 30 anos pela Coomflona, inicialmente denominado de Projeto Ambé.

Em 2009, a cooperativa foi agraciada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente (Menção Honrosa), sendo campeão na categoria "Negócios Sustentáveis". Mais de 80 projetos de diferentes regiões do Brasil concorreram ao título.

O presidente da Coomflona classifica o sucesso da organização ao valor de pertencimento ao empreendimento ambiental: "Acabou aquela relação entre patrão e empregado. Hoje, todo mundo é cooperado, todos devem trabalhar da mesma forma para as coisas darem certo. Isso é o mais importante na cooperativa, a união de todos".

Projeto BR-163

A atividade foi viabilizada pelo Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação, cuja execução é do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio técnico e a gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO Brasil) e recursos doados pela Comissão Europeia.

O Projeto tem por objetivo contribuir para a diminuição do desmatamento na área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá, por meio de ações voltadas ao fortalecimento do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e ao fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Projeto BR-163

Publicado: sexta-feira, 28 de outubro de 2011, 13h02.

Serviços Florestais do Brasil e dos EUA buscam cooperação em identificação de madeira

Trabalho feito por pesquisadoras do Laboratório de Produtos Florestais do SFB chamou a atenção de especialistas norte-americanos. EUA também desenvolvem estudos que podem resultar em parcerias



Os laboratórios de produtos florestais do Serviço Florestal Brasileiro (LPF/SFB) e do Serviço Florestal Norte-Americano (FPL/USFS), um dos mais respeitados da área, poderão realizar parcerias em estudos voltados à identificação de madeira, que podem ter aplicação na fiscalização do transporte ilegal do produto.

As pesquisadoras do SFB Vera Coradin e Tereza Pastore visitam o FPL/USFS desde segunda-feira, 24, para apresentar projetos desenvolvidos no país e conhecer aqueles realizados pela instituição dos EUA para avaliar interesses comuns e possíveis cooperações.

“O intercâmbio entre os dois laboratórios existe desde a criação do LPF. No momento, temos bastante interesse em executar alguns projetos de pesquisas em cooperação com o FPL para tentarmos resolver alguns casos muito difíceis de identificação de madeira como acontece com as espécies do gênero *Dalbergia* – da qual faz parte o Jacarandá da Bahia, por exemplo –, usando tecnologia de Espectroscopia de Infravermelho Próximo (NIRS)” relata Tereza.

O Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do SFB é pioneiro em pesquisas com uso de luz infravermelha para diferenciar espécies de madeira tropicais. Com este método, o LPF realizou pesquisa para distinguir o mogno, que está ameaçado de extinção, de outras três espécies bastante parecidas. O estudo, coordenado por Tereza Pastore, foi o primeiro com madeira tropical a ser publicado em uma revista científica internacional.

O LPF também desenvolveu uma chave eletrônica interativa para identificação de madeiras com informações de 157 espécies comerciais do Brasil, principalmente da Amazônia. O programa, elaborado sob coordenação de Vera Coradin, já foi

utilizado em cursos para agentes do Ibama e da Polícia Federal e vem sendo usado como material didático em cursos de graduação do país.

Já o laboratório de Produtos Florestais dos EUA possui expertise em fluorescência de madeiras, propriedade que, somada a outras, aumenta a quantidade de elementos disponíveis para analisar espécies de madeiras. A instituição norte-americana tem ainda a maior coleção de madeiras (xiloteca) do mundo, material que serve de referência para pesquisas na área.

A identificação da madeira é uma das principais ferramentas para coibir o comércio ilegal do produto. Fraudes comuns consistem em transportar uma espécie não autorizada ou proibida de corte como se fosse outra madeira sem qualquer restrição.

Estima-se que 10% das importações norte-americanas de produtos florestais sejam derivadas de material com “alto risco” de origem ilegal. No esforço por combater o comércio ilegal, pesquisadores de várias partes do globo buscam novas formas de identificar madeira que se complementem, inclusive com análises químicas como a espectroscopia de infravermelho próximo e até de DNA.

Jardim Botânico de NY

A agenda da viagem de duas semanas das pesquisadoras do SFB aos EUA inclui também atividades com o Jardim Botânico de Nova York. Nesta visita, as pesquisadoras farão contatos com taxonomistas da instituição.

Publicado: terça-feira, 25 de outubro de 2011, 13h03.

Santa Catarina apresenta dados do Inventário Florestal Nacional no estado



Uma ideia das informações que o IFN pode gerar foi apresentada pelo professor Alexander Vibrans, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), que coordena o Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC) aplicando a mesma metodologia do IFN. O pesquisador falou sobre o IFFSC no seminário de

lançamento do Projeto GEF de Apoio ao IFN, no dia 20 de outubro. O IFFSC foi realizado com recursos do governo estadual, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e apoio do Serviço Florestal.

O trabalho envolveu a medição de mais de 250 mil árvores em 440 pontos amostrais no estado, localizados numa grade de 10 km por 10 km. Foram encontradas 2.363 espécies vasculares, das quais 857 espécies arbóreas e arbustivas, 547 ervas, 483 epífitas (vegetal que vive sobre outro sem dele se nutrir), 306 espécies de samambaias e 170 de trepadeiras. As florestas com maior diversidade estão nas unidades de conservação federais e estaduais, o que mostra a sua importância para a conservação da biodiversidade.

Por outro lado, mais de 90% das florestas remanescentes do estado são dominadas por plantas jovens (com menos de 50 anos) com diâmetro de até 40cm e altura até 20m, pertencentes a espécies pioneiras e secundárias iniciais, com baixo volume, biomassa e madeira, e reduzido valor comercial. A sua diversidade é reduzida a 30 a 40 espécies arbóreas diferentes por fragmento florestal, menos da metade da diversidade encontradas em florestas maduras. “Essas florestas cumprem somente parte de suas funções como proteção de solo, recarga dos mananciais e aquíferos, regulação do regime hidrológico e do clima e sequestram menos carbono do que poderiam”, afirmou o pesquisador.

Segundo Vibrans, essas florestas jovens surgiram em áreas que foram desmatadas ou exploradas até a década de 1970, época em que o desflorestamento no estado de Santa Catarina atingiu seu auge. Como a ação antrópica nas florestas foi alta e continua presente, diz o professor, as florestas têm dificuldade para se regenerar.

O Inventário trouxe um número mais confiável sobre a extensão da cobertura florestal no estado, que está em torno de 30%. O pesquisador diz que o objetivo é transformar estes conhecimentos gerados pelo IFFSC em medidas práticas para o uso sustentável e a conservação dos recursos florestais. “Agora temos informações precisas e atualizadas, colhidas de forma sistemática para embasar uma política florestal para o estado de Santa Catarina”, diz.

Levantamento Socioambiental

Conhecer a população que mora no entorno dos remanescentes florestais, sua percepção sobre as florestas e o uso que fazem delas também foram objetivos do Inventário. Foram entrevistadas 777 pessoas que moram a até dois quilômetros do ponto de amostra.

Ao aplicar um questionário com perguntas fechadas, foi possível descobrir que 99% acreditam que a conservação das florestas é responsabilidade de todos e que

98% concordam que cada proprietário deve manter uma área de vegetação nativa na sua terra para proteger os animais e plantas, por exemplo.

Para a maior parte dos entrevistados, o oferecimento de serviços ambientais é a função mais importante exercida pelas florestas. “A nossa expectativa era que o maior valor fosse para produtos, principalmente madeira, e constatamos que mais de 60% deles valorizam mais os aspectos ecológicos e o fornecimento serviços como água, ar puro, a manutenção da biodiversidade”.

O trabalho mostrou também que 8% da renda das famílias, em média, está ligada aos recursos florestais. Essa porcentagem sobe para 15% em dois locais, na região serrana, por causa da produção de pinhão, e na região do planalto norte, por conta da erva mate.

O Levantamento Socioambiental (LSA) aponta ainda a masculinização e envelhecimento da população rural. Em muitas propriedades, havia apenas o casal de idosos. “As pessoas estão preferindo sair do meio rural devido às facilidades que o meio urbano oferece, principalmente as mulheres, que vislumbram outras possibilidades”, diz o coordenador do LSA e pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Juarez Muller.

As informações do Levantamento Socioambiental darão origem a um relatório. “Pretendemos, pelos órgãos do governo, principalmente pelas secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Sustentável, começar a fomentar uma discussão maior para ser elaborada uma política florestal de fato para o estado”, diz Muller.

Os dados do Inventário Florestal Nacional obtidos em todos os estados serão divulgados por meio do Sistema Nacional de Informações Florestais, mantido pelo Serviço Florestal Brasileiro e darão um retrato não só das florestas, mas também da população que reside próximo às áreas florestais, e permitirão realizar análises entre os estados e regiões, de forma a trazer mais informação para tomadas de decisão.

Publicado: segunda-feira, 24 de outubro de 2011, 13h40.

Inventário Florestal Nacional terá R\$ 16 milhões do GEF

Entidade Global Environment Facility, que provê recursos para projetos ambientais em países em desenvolvimento, disponibilizou recursos para o Brasil. Valor será operado pela FAO



A implementação do Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciativa para levantar a quantidade e a qualidade das florestas do país, contará com cerca de R\$ 16 milhões disponibilizados pela entidade Global Environment Facility (GEF). O lançamento do Projeto GEF, como a ação foi designada, ocorreu no dia 20 de outubro.

“Esses recursos certamente vão catalisar a realização do IFN e demonstrar o potencial desse sistema de monitoramento dos recursos florestais que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) tem construído ao longo dos anos”, afirmou o Diretor de Pesquisa e Informações do SFB, Joberto Freitas.

“O projeto é um marco dentro do que nós temos a trabalhar no Brasil e da cooperação técnica que podemos realizar”, afirmou o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Gustavo Chianca. A FAO é quem irá operar os recursos do Projeto GEF de apoio ao Inventário Florestal Nacional.

Os recursos vão complementar os aportes do governo federal para o IFN e devem ajudar a estabelecer parcerias para a realização do Inventário nos estados, para viabilizar o trabalho de campo e para desenvolver atividades de pesquisa, capacitação e controle de qualidade do sistema.

O IFN levantará informações sobre as florestas por meio de amostragem em cerca de 20 mil pontos do país e deve auxiliar tomadores de decisão na formulação de políticas públicas. Serão coletados dados como diâmetro e altura das árvores, espécies encontradas e quantidade de biomassa. O Inventário será realizado a cada cinco anos e gerará séries históricas sobre as mudanças nas florestas brasileiras.

O Serviço Florestal Brasileiro, responsável pela execução do IFN, já estabeleceu acordo com os estados do Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe para

a realização conjunta do IFN. No Distrito Federal, já houve a coleta de dados e a fase é de processamento e análise dos dados. Santa Catarina foi o primeiro estado a concluir o IFN.

Publicado: segunda-feira, 24 de outubro de 2011, 13h07.

Técnicos recebem formação sobre sistema que permite identificar exploração seletiva de madeira

SFB, em parceria com o Inpe, realiza capacitação para 15 técnicos de instituições como Ibama, ICMBio e Polícia Federal



Entre os dias 24 e 28 de outubro de 2011, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), realiza em Itaituba, no oeste do Pará, a capacitação de 15 técnicos sobre o sistema Detecção de Exploração Seletiva de Madeira (Detex).

O Detex é um dos projetos do Programa Amazônia que utiliza imagens de satélite para monitorar a extração seletiva de madeira em áreas de concessão florestal. Os dados do Detex, em conjunto com informações de autorizações de planos de manejo florestal, permitem saber se a atividade florestal está sendo realizada de forma legal ou não.

Os profissionais que participam do curso são representantes de instituições parceiras do monitoramento das florestas públicas com conhecimentos em sensoriamento remoto e geoprocessamento.

A formação com carga horária de 40 horas abordará tanto temas teóricos quanto práticos. Dentre os principais tópicos a serem discutidos estão: Programa Amazônia (Inpe); Metodologia para Detecção de Exploração Seletiva de Madeira; Noções de Geoprocessamento e de Sistemas de Informação Geográfica; Criação da Máscara Prodes; Montagem de Banco de dados; Recorte da imagem Geocover, Importação e Exportação de Dados.

No dia 24 de outubro, a programação iniciará com uma palestra sobre o Programa Amazônia no auditório do Instituto Federal do Pará (IFPA) às 10 horas. O curso terá continuidade às 14 horas no laboratório de informática da Escola Alice Carneiro, local onde será realizado nos demais dias.

As instituições participantes do curso são Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional do Índio (Funai), Escola Tecnológica do Pará (EETEPa), IFPA/Campus Itaituba, Polícia Federal, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Mineração e Produção de Itaituba (SEMMAp).

O evento é realizado pela Diretoria de Concessões e Monitoramento do SFB por meio da Gerência de Monitoramento e Auditorias Florestais e da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (UR DFS BR-163) do órgão. É a primeira vez que a atividade ocorrerá em Itaituba. O mesmo curso já foi realizado em Santarém e Altamira.

Serviço:

Capacitação de 15 técnicos sobre o sistema Detecção de Exploração Seletiva de Madeira (Detex)

Dia 24 - Palestra sobre o Programa Amazônia

Horário: 10h

Local: auditório do IFPA

Endereço: Ramal do Jacarezinho s/n - Itaituba (PA)

Atividade do curso

Horário: 14h

Local: laboratório de informática da Escola Alice Carneiro

Endereço: Rua Dr. Hugo de Mendonça, 490 - Itaituba (PA)

Dias 25 a 28 - Atividades do curso

Horário: 8h

Local: laboratório de informática da Escola Alice Carneiro

Endereço: Rua Dr. Hugo de Mendonça, 490 - Itaituba (PA)

Fonte: Ascom do Projeto BR-163

Contato para a imprensa

Serviço Florestal Brasileiro

Assessoria de Comunicação

(61) 2028-7130/ 7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: segunda-feira, 24 de outubro de 2011, 13h05.

Especialista apresenta modelo para avaliar floresta após o manejo

Serviço Florestal Brasileiro promove seminário sobre modelagem de florestas tropicais, utilizando dados sobre ganho de biomassa em floresta manejada obtidos ao longo de 30 anos e monitoramento

Um dos maiores especialistas em métodos para avaliar o crescimento da floresta após o manejo, o inglês Denis Alder, será o palestrante de um seminário que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) promove nesta sexta-feira, 21.

Alder apresentará os dados de ganho de biomassa em áreas da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, no Pará, a partir de um modelo matemático desenvolvido por ele, chamado de Cafogrom.

As informações usadas na simulação matemática cobrem um período de 30 anos de manejo florestal, ou seja, um ciclo de corte inteiro (período entre a primeira e a última colheita de árvores) e foram formuladas pelo especialista e pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental (Belém-PA), a partir de consultoria firmada pelo Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação.

Até então, só havia dados da simulação com informações que cobriam 15 anos de manejo florestal e não permitiam uma visão global da recuperação da floresta após um ciclo de corte completo. A primeira simulação com o modelo Cafogrom foi feita em 1990 e usava informações sobre manejo obtidas a partir de 1975.

Para atualizar o Cafogrom, Alder levou em consideração a atual regulamentação brasileira sobre manejo florestal em relação aos ciclos de corte, intensidade de exploração, tratamentos silviculturais e as restrições para seleção de árvores a colher.

Segundo o diretor de Pesquisa e Informações do Serviço Florestal, Joberto Freitas, o modelo desenvolvido pelo especialista pode ser útil na avaliação do manejo nas áreas sob concessão florestal. “Poderemos projetar o crescimento da floresta”, diz.

O trabalho de Alder no Brasil foi realizado em parcelas permanentes - áreas onde não há atividade madeireira e que servem de referência para comparar a floresta manejada com aquela sem intervenção - da Embrapa Amazônia Oriental na Flona do Tapajós.

Serviço

Apresentação de modelo matemático com dados de 30 anos de manejo na Flona do Tapajós

Horário: 15h

Local: auditório do Cenaflor/SFB

Endereço: SCEN Av. L4, Trecho 2 – Cenaflor (complexo do Ibama)

Publicado: sexta-feira, 21 de outubro de 2011, 13h42.

AVISO DE PAUTA: Seminário de lançamento do Projeto GEF de apoio ao Inventário Florestal Nacional

O quê: Seminário de lançamento do Projeto GEF de apoio ao Inventário Florestal Nacional

Quando: quinta-feira, 20

Horário: 14h30

Local: auditório do Cenaflor/ Serviço Florestal Brasileiro – SCEN Av. L4, Trecho 2

Informações: (61) 2028-7130/ 7293

O Serviço Florestal Brasileiro promove nesta quinta-feira, 20, o Seminário de Lançamento do Projeto GEF de Apoio ao Inventário Florestal Nacional (IFN). A entidade Global Environment Facility (GEF), que contribui para o desenvolvimento de projetos que auxiliem a enfrentar os desafios ambientais globais, destinou cerca de R\$ 16 milhões para o IFN.

Os recursos serão usados apoiar atividades técnicas e financeiras do Inventário Florestal Nacional (IFN), de forma complementar àqueles do governo. O IFN é uma iniciativa com o objetivo de levantar a qualidade e a quantidade de florestas do país, coordenada pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Durante o evento, será apresentada a situação de implementação do Inventário Florestal Nacional, os resultados do inventário florestal em Santa Catarina – primeiro estado a concluir a coleta e análise dos dados –; a experiência do Inventário no Distrito Federal e a apresentação do Projeto GEF de apoio ao IFN.

O lançamento terá a presença de membros da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em Roma (Itália) que estão em missão ao Brasil. A FAO será responsável por operar os recursos financeiros do Projeto GEF. Participam do evento representantes de diversas instituições nacionais.

Confira a programação:

14h: recepção dos participantes

14h30: abertura com a presença de autoridades do MMA, Serviço Florestal, FAO e ABC

15h: Inventário Florestal Nacional – Situação de implementação

15h20: resultados do IFN em Santa Catarina

15h40: resultados do Levantamento Socioambiental do Inventário em Santa Catarina

16h: A experiência do IFN no Distrito Federal

16h20: O Projeto GEF de apoio ao IFN “Fortalecimento do Marco de de Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais

17h: encerramento

Publicado: quarta-feira, 19 de outubro de 2011, 13h43.

SFB recebe missão da FAO para tratar do Inventário Florestal Nacional

Entidades vão trabalhar em conjunto na execução do Projeto GEF, que destinou cerca de 9 milhões de dólares para apoio técnico e financeiro ao levantamento das florestas no país

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) recebe entre terça e sexta, 18 a 21/10, uma missão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para tratar do Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciativa do governo brasileiro para levantar a qualidade e quantidade das florestas no país.

As duas entidades vão trabalhar em conjunto nas atividades de implementação do IFN que envolvem recursos de aproximadamente 9 milhões de dólares disponibilizados pela organização Global Environment Facility (GEF). O GEF fornece subsídios aos países em desenvolvimento para projetos que auxiliem a enfrentar os desafios ambientais globais e a promover meios de ações sustentáveis.

A FAO é quem irá operar os recursos financeiros do Projeto GEF, como foi denominada a ação de apoio técnico e financeiro ao Inventário Florestal Nacional com recursos da organização. “A missão da FAO vem conhecer o Serviço Florestal e sua estrutura no que se refere às atividades do IFN”, afirma o diretor de Pesquisas e Informação do SFB, Joberto Freitas. A delegação é composta de dois integrantes da FAO em Roma (Itália) e dois no Brasil.

Comitê Diretivo

Durante a visita da delegação, será implantado o Comitê Diretivo do Projeto GEF, formado por integrantes do órgão executor e da agência executora, ou seja, o Serviço Florestal e a FAO, e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Relações Exteriores, que representarão o governo brasileiro.

O Comitê Diretivo será responsável por coordenar a execução do Projeto GEF, o que inclui realizar o planejamento financeiro das atividades e avaliar o plano de trabalho para o Inventário Florestal Nacional. A duração do Projeto é de cinco anos.

Segundo Freitas, os recursos serão utilizados para viabilizar parcerias com instituições para atuar no IFN e ações como a coleta de dados em campo e o processamento dessas informações, o desenvolvimento de programas de pesquisa, capacitação e controle de qualidade, além da promoção da aplicação e disseminação de informações e resultados do IFN.

O Inventário Florestal Nacional é a primeira iniciativa a levantar a qualidade e quantidade das florestas brasileiras de forma ampla, com a obtenção de dados sobre estoques de biomassa e carbono, espécies de árvores e condição fitossanitária (saúde) delas, entre outros, além de um levantamento socioambiental com moradores para conhecer sua percepção sobre os recursos florestais.

Já foram levantados os recursos florestais de Santa Catarina, primeiro estado a concluir seu inventário com a metodologia do IFN, e o Distrito Federal, que está em fase de análise dos dados. O Serviço Florestal, responsável pelo IFN, também já estabeleceu parcerias com os estados do Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Sul e Ceará.

Publicado: terça-feira, 18 de outubro de 2011, 13h46.

Serviço Florestal e Coomflona promovem intercâmbio sobre organização e manejo com comunidades da região



De 18 a 21 de outubro, assentados, extrativistas, comunitários, integrantes da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona) e técnicos do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) participam do Intercâmbio de Experiências de

Organização Social em Atividades de Manejo Florestal Comunitário. O encontro ocorrerá no auditório da Unidade Regional Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do SFB e no escritório da Coomflona, com prática de campo no km 85 da BR 163, Flona do Tapajós, em Belterra, Pará.

O encontro vai promover a troca de conhecimentos e experiências entre agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais sobre a gestão social do manejo florestal comunitário em áreas de florestas públicas. A programação envolverá atividades que contribuam o entendimento dos mecanismos de gestão de um empreendimento florestal desenvolvido por comunidades.

De acordo com o engenheiro florestal do SFB, César Tenório, o intercâmbio visa promover um melhor entendimento sobre gestão de empreendimentos florestais pelas comunidades. “A iniciativa vai contribuir para que os comunitários tenham um momento de trocas de experiências e possam melhor correlacionar a execução do manejo no campo com a gestão administrativa e financeira no escritório”, disse Tenório.

Na programação de 32 horas de trabalho também serão repassados conceitos e requisitos básicos para que uma organização possa realizar o manejo florestal. As diferenças entre associação e/ou cooperativa, informações necessárias para iniciar de forma estruturada um processo de organização e quais são os documentos e rotinas administrativas e financeiras indispensáveis para atividade também constam na capacitação.

Confirmaram presenças 16 assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola Jatobá, de Anapu, PDS Igarapé do Anta, de Santarém, além de extrativistas das comunidades Arimum e Juçara da Reserva Extrativista (Resex) Verde Para Sempre, de Porto de Moz.

A atividade é viabilizada pelo Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação, cuja execução é do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio técnico e a gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO Brasil) e recursos doados pela Comissão Europeia.

O projeto tem por objetivo contribuir para a diminuição do desmatamento na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém, por meio de ações voltadas ao fortalecimento do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e ao fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Serviço:

Intercâmbio de Experiências de Organização Social em Atividades de Manejo Florestal Comunitário

Dias 18 a 20 - atividades na UR do DFS da BR-163 do SFB (Rua Rosa Vermelha,

739, Bairro Aeroporto Velho).

Dia 19 (16 às 17:50) - atividade no escritório da Coomflona (Rua Silvério Sirotheau, 1000, Bairro Centro).

Dia 21 - atividade no Km 85 da BR163.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Projeto BR-163

Publicado: terça-feira, 18 de outubro de 2011, 13h45.

SFB representa país em encontro dos Megaflorestais

Reunião ocorre no México entre segunda e sexta-feira com a participação de nove nações que estão entre as que têm as maiores áreas de floresta do mundo

Representantes de nove países entre os que têm as maiores áreas florestais do mundo reúnem-se a partir desta segunda-feira (17) em Oaxaca, no México, para o encontro Megaflorestais. O Brasil, que detém a segunda maior área florestal, será representado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

O encontro terá a presença de lideranças de instituições florestais da Rússia, Brasil, Canadá, Estados Unidos, China, Congo, Indonésia, Sudão e Peru, que juntos têm mais de 2,5 bilhões de hectares de cobertura florestal.

“O Megaflorestais sempre possibilita o intercâmbio de experiências e, principalmente, a construção de agendas bilaterais de possíveis cooperações”, afirma o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel.

Programação

Este ano, o evento destacará as relações sobre florestas e o contexto econômico atual, com o tema “Governança global em tempos de turbulência econômica e climática”. No primeiro dia, o principal assunto será mercado de florestas, com debates sobre tendências, ameaças e desafios.

As discussões também vão tratar do que ocorre com florestas e agências florestais quando os governos têm de administrar crises financeiras. O painel sobre o tema pretende resgatar as consequências da crise asiática de 1997/1998 nos países megaflorestais e como essas nações estão hoje.

A questão da agregação de valor às florestas, com perspectivas de inovações existentes, novas idéias para expandir escala de proteção e restauração será tema de um painel com a presença do diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel.

Mudanças climáticas

A gestão de florestas em época de mudanças climáticas será debatida no evento em sessões sobre as respostas sociais e políticas a desastres em áreas de floresta,

como incêndios, em apresentação com participação da Rússia, que teve milhares de hectares de floresta afetados pelo fogo em 2010.

Estratégias de mitigação e adaptação às mudanças do clima e o estágio de reformas de posse de terra como pré-requisito para alcançar proteção e restauração de áreas florestais estarão em pauta, e o México, que realizou uma ampla reforma na destinação de suas florestas para comunidades, mostrará sua experiência.

No mesmo painel, o diretor de Concessões e Monitoramento do SFB, Marcus Vinícius Alves, fala de lições emergentes no Brasil em relação à posse da terra. O encontro se encerra com uma sessão sobre o que as agências florestais farão para se preparar para o futuro.

O Megaflorestais é realizado desde 2005 e se caracteriza pelos debates técnicos e informais que usam as regras da entidade britânica Chatlam House, em que os participantes são livres para usar a informação recebida, mas não podem atribuí-la a nenhum convidado em específico, com o objetivo de levar a uma discussão mais aberta. Em 2008, o Serviço Florestal foi responsável pela organização do MegaFlorestais, realizado em Manaus (AM).

Publicado: segunda-feira, 17 de outubro de 2011, 13h47.

SFB participa de encontro na Paraíba sobre manejo comunitário

A Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa, nesta sexta-feira, 14, de um encontro estadual sobre manejo florestal comunitário em João Pessoa (PB) que deve reunir representantes de organizações e de agricultores interessados no tema.

O SFB desenvolve ações de apoio à extração florestal sustentável em 14 assentamentos da Paraíba por meio da entidade SOS Sertão, contratada para elaborar planos de manejo e prover assistência técnica necessária a sua implementação.

Durante o evento, que ocorrerá no auditório do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (Interpa), serão discutidas ações que já são feitas e as que podem ser realizadas para promover o manejo comunitário, qual é o potencial para essa atividade no estado e desafios a serem enfrentados, por exemplo.

Publicado: sexta-feira, 14 de outubro de 2011, 12h48.

Seminário debate modelo para monitorar crescimento da floresta após o manejo

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa nesta sexta-feira, 14, em Belém (PA), de seminário promovido pela Embrapa Amazônia Oriental para discutir a parametrização do modelo *Cafogrom*, um sistema usado para avaliar o crescimento de árvores em um local onde foi realizada a extração sustentável de produtos madeireiros por meio do manejo florestal. Será apresentado o histórico da parceria entre o SFB e a Embrapa, informações sobre parcelas permanentes da Embrapa Amazônia Oriental e sobre o *Cafogrom*, seguida de debate. O diretor de Pesquisa e Informações do SFB, Joberto Freitas, representará a instituição no evento. O seminário será realizado das 9h às 11h30.

Publicado: quinta-feira, 13 de outubro de 2011, 12h49.

Governo e sociedade definem resultados para o manejo florestal comunitário para os próximos 4 anos

Oficina realizada no Serviço Florestal Brasileiro contou com mais de 50 participantes, que debateram principais problemas, resultados que se esperam alcançar e ações que devem ser realizadas nos Planos Anuais de Apoio Manejo Florestal Comunitário e Familiar



Representantes do governo e da sociedade civil ligados ao Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar construíram juntos, em oficina realizada no Serviço Florestal Brasileiro (SFB) nos dias 6 e 7/10, os resultados que se esperam alcançar no período de 2012 a 2015 em relação ao uso sustentável da floresta por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

Ter o manejo florestal comunitário priorizado nos órgãos federais, estaduais e municipais de governo, com políticas públicas estruturantes adequadas e articuladas, foi um dos seis objetivos definidos para os próximos quatro anos pelos mais de 50 participantes. “Os governos têm que entender que isso é uma política

prioritária e essencial para o desenvolvimento da Amazônia”, afirma a diretora presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Amapá, Anna Euler.

Também espera-se que haja assistência técnica continuada. Para o gerente do escritório regional de Belém do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), Manuel Amaral, é preciso definir um modelo de assistência técnica para o manejo florestal comunitário e criar estruturas que promovam uma ação efetiva. “Se o Plano [Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar] se debruçar, no próximo ano, para atacar de forma contundente esse problema, nós teremos avanços significativos”, diz.

Outro resultado esperado é ter comunidades e produtores capacitados para gerenciar planos de manejo e agroflorestas. Para alcançar esse objetivo, uma das sugestões é trabalhar com ações de educação em vários níveis. A representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Caroline Sena, resume: “sem educação, não se avança na questão do empoderamento dos agricultores e dos próprios técnicos de difundirem a atividade florestal”.

Na parte de recursos, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares devem estar acessando instrumentos econômicos adequados à atividade florestal. A questão do licenciamento ambiental, um dos passos fundamentais para que as comunidades possam realizar o manejo também foi lembrada, e ter um sistema de licenciamento e monitoramento ambiental adequado ao manejo comunitário surgiu como um anseio a ser alcançado até 2015.

Em relação à produção e disponibilização de informações, espera-se haver informações estruturadas, qualificadas, sistematizadas e acessíveis sobre o manejo comunitário, assim como ter a produção de conhecimento sobre o manejo elaborada com a participação dos produtores e sendo acessada por eles, e a realização de pesquisa e tecnologia florestais voltadas à viabilização do manejo comunitário.

O conjunto de resultados esperados completa-se com ter a sustentabilidade das cadeias produtivas garantidas, com priorização de acesso aos mercados institucionais e diferenciados com preço justo, e obter relações justas entre comunidades e empresas que participam de atividades de extração florestal sustentável em áreas comunitárias.

Participação

Esta foi a primeira vez que o Comitê Gestor do Programa traçou um planejamento de médio prazo sobre os objetivos em relação ao manejo florestal comunitário e familiar, em conjunto com o Grupo de Trabalho do Programa, que reúne 19 entidades da sociedade civil, para os próximos quatro anos. O Comitê Gestor é formado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA). O SFB participa do Comitê por meio do MMA e também funciona como secretaria executiva do comitê.

Segundo a gerente de Florestas Comunitárias do SFB, Elisângela Januário, os resultados surgidos na Oficina ajudarão a dar mais robustez para o Programa, que é operacionalizado por meio de Planos Anuais de Manejo Comunitário e Familiar (PAMFC).

“Com base na experiência dos Planos 2010 e 2011 percebemos que as ações eram muito pontuais. Pensamos, então, em fazer um planejamento estratégico de quatro anos com ações estruturantes para, em 2015, atingirmos um resultado ideal e para que o Programa tenha mais impacto no apoio ao manejo florestal”, afirma a gerente.

Os objetivos relacionados pelos participantes no período de 2012 a 2015 serão usados na elaboração do PAMFC do próximo ano e a versão prévia do documento será apresentada a dois conselhos que devem ser ouvidos antes de sua finalização, ou seja, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), ligada ao MMA.

Para fortalecer o apoio ao manejo florestal comunitário na perspectiva dos próximos quatro anos, a idéia é também realizar atividades em todos os biomas e ter o Grupo de Trabalho, que contribui na definição de ações presentes nos PAMFC, como uma instância de controle social dos Planos Anuais, avaliando a implementação das atividades.

Publicado: terça-feira, 11 de outubro de 2011, 12h51.

Comissão de Gestão de Florestas Públicas reúne-se em Brasília (DF)



A Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) realizou na segunda-feira, 10, sua 23ª reunião ordinária. A pauta incluiu a apresentação dos extratos dos editais de concessão das florestas nacionais de Saracá-Taquera (PA) e de Jacundá

(RO), o balanço da concessão na Floresta Nacional do Jamari (RO), o resultado do Planejamento Estratégico do Programa Federal de Manejo Comunitário e Familiar e informes sobre o Inventário Florestal Nacional.

A CGFLOP é composta por representantes do Poder Público, dos empresários, dos trabalhadores, da comunidade científica, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais. Entre suas funções estão assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas da União, manifestar-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal da União e exercer as atribuições de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro.

Publicado: terça-feira, 11 de outubro de 2011, 12h50.

SFB realiza oficina de capacitação sobre inventário florestal para a Flona do Açungui, no Paraná



A Unidade Regional Sul do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em Curitiba (PR), realizou em setembro uma oficina de capacitação em Inventário Florestal que teve como tema principal planejar o início dos trabalhos que serão realizados na Floresta Nacional (Flona) do Açungui, localizada cerca de 60km da capital do estado.

Na oficina, que teve a participação de técnicos do SFB e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foram apresentadas noções básicas de inventário, por exemplo, como instalar as unidades de amostra, além de noções sobre como manusear os equipamentos utilizados para levantar os recursos florestais do local.

Ao término da oficina, a equipe do SFB elaborou um “Manual de Campo” que descreve a metodologia a ser empregada para a realização do inventário, com informações sobre processo e método de amostragem, intensidade amostral para os plantios e para a vegetação nativa, critérios empregados para instalação das

unidades amostrais, dados dendrométricos a serem coletados, organização e equipe técnica, cronograma de atividades, orçamento e ficha de campo.

Serão instaladas 40 unidades amostrais na Flona, distribuídas nos plantios de araucária, pinus e eucalyptus. Na vegetação nativa pretende-se instalar 5 conglomerados. Durante o trabalho de campo os técnicos coletarão altura e diâmetro das árvores, quantidade desses indivíduos e será realizada a identificação das espécies presentes na vegetação nativa.

A ideia é que o ICMBio, órgão gestor da Flona, conduza a execução do inventário em campo e que o Serviço Florestal auxilie no processamento dos resultados e elaboração do relatório de inventário. “Essa iniciativa contribui para fortalecer a relação da equipe técnica do Serviço Florestal com a equipe técnica da Flona de Açungui”, diz a técnica da Unidade Regional Rozane Eisfeld.

O inventário florestal deve começar em outubro e ajudará a cumprir uma das últimas etapas necessárias à elaboração do plano de manejo (PMFS) da Floresta Nacional do Açungui. O PMFS traz informações sobre os recursos naturais, físicos e bióticos da unidade e define áreas e seus usos. Desde 2008, ações de diagnóstico desses recursos têm sido realizadas, como diagnóstico socioeconômico, mapeamento das unidades de paisagem e levantamento preliminar da mastofauna.

A Flona do Açungui tem mais de 70% de sua área composta de plantio de araucária, além de possuir pequenas áreas com pinus e eucalyptus. A unidade de conservação foi criada em 1968 com objetivo de pesquisar o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), sob diferentes condições de cultivo.

Publicado: segunda-feira, 10 de outubro de 2011, 13h33.

SFB participa de oficina sobre produção agroextrativista na Flona do Tapajós, no Pará

Encontro vai discutir como fortalecer atividades produtivas das comunidades que moram na unidade de conservação

O Serviço Florestal Brasileiro participa a partir desta quinta-feira, 6, de uma oficina que vai discutir estratégias para apoiar as atividades agroextrativistas desenvolvidas por comunitários da Floresta Nacional do Tapajós (PA), a cerca de 95 quilômetros de Santarém (PA)

O encontro será realizado em uma das comunidades da Flona que teve suas atividades produtivas e de subsistência mapeadas, a de Piquiatuba. As

informações obtidas nesse levantamento, que envolveu ao todo 19 comunidades, vão subsidiar as discussões do evento.

Os participantes vão buscar, em grupos de trabalho, ações para fortalecer as principais cadeias produtivas identificadas no levantamento, que são frutíferas, produtos agrícolas, extrativismo de óleos, de látex e de produtos não madeireiros em geral, artesanato, turismo comunitário, movelaria e mel.

Três, dos nove grupos, terão a presença do SFB. Por atuar no fomento ao manejo comunitário, o Serviço Florestal integrará os debates sobre extrativismo de óleos, de produtos não madeireiros e de movelaria. “Vamos debater com os comunitários o potencial, as oportunidades, as necessidades, os problemas que existem nessas cadeias de produção e, a partir desse retrato, as instituições envolvidas poderão estabelecer medidas de apoio para valorização dos produtos e solução dos problemas”, afirma a técnica da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do SFB, Paula Castanho.

As contribuições surgidas na oficina devem ajudar a definir cadeias prioritárias para apoio e ações de fortalecimento, auxiliar na elucidação de procedimentos técnicos e administrativos sobre extração e comercialização de produtos de comunidades da Flona e a construir e validar um plano de ação para produtos agroextrativistas da Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona).

A oficina é organizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em conjunto com o SFB, Ibama, Agência Alemã de Cooperação Técnica Internacional (GIZ), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Coomflona e apoio do Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação.

O encontro deve contar com a presença de mais de 60 comunitários, representando 21 comunidades da Flona, de entidades do governo local, como as secretarias municipais de Turismo e de Agricultura de Belterra, um dos municípios que abriga a Flona, e com a seção municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater).

Confira a programação:

| 6 DE OUTUBRO DE 2011 | | |
|-----------------------------|------------------|--------------------|
| HORÁRIO | ATIVIDADE | RESPONSÁVEL |
| 8:00 | Abertura | Moderador |

| | | |
|-----------------------------|---|----------------------------------|
| 9:00 | Contextualização | Jurandy Dantas (UFOPA) |
| 9:20 | Criação da Flona Tapajós Institucional (ICMBio): Plano de Manejo, zoneamento, perspectivas | Dárlison (ICMBio) |
| 9:40 | Projetos apoiados pelo ProManejo na Flona Tapajós | Luciana Sousa (UFOPA) |
| 10:10 | Intervalo | |
| 10:20 | Histórico da COOMFLONA | COOMFLONA |
| 10:50 | Plano Nacional da Socioiodiversidade e Programas Federais de Aquisição de Alimentos | SFB |
| 11:10 | Apresentação do levantamento de dados dos produtos das comunidades | Marcelo Melo |
| 11:30 | Validação dos dados apresentados | Moderador |
| 12:30 | Intervalo para o almoço | |
| 14:00 | Perspectivas atuais da COOMFLONA para desenvolvimento das cadeias produtivas de PFNM e movelarias | Aluisio Patrocínio e Suelen Cruz |
| 14:30 | Apresentação da metodologia de trabalho | Moderador |
| | Divisão em grupos | Moderador |
| 16:00 | Intervalo | |
| 16:15 | Início dos trabalhos nos grupos | Moderadores e facilitadores |
| 7 DE OUTUBRO DE 2011 | | |
| 8:00 | Trabalho nos grupos | Moderadores e facilitadores |

| | | |
|-------|--|-----------------------------|
| 10:15 | Intervalo | |
| 10:30 | Trabalho nos grupos | Moderadores e facilitadores |
| 12:00 | Intervalo para almoço | |
| 13:30 | Trabalho nos grupos | Moderadores e facilitadores |
| 15:30 | Apresentação dos resultados dos grupos na plenária | Moderador |

Publicado: quinta-feira, 06 de outubro de 2011, 13h37.

Governo e sociedade debatem ações para o manejo comunitário no período de 2012 a 2015

Oficina reúne, no Serviço Florestal Brasileiro, membros do Comitê Gestor e do Grupo de Trabalho ligados ao Programa Federal de Manejo Comunitário e Familiar



Mais de 50 representantes do governo e da sociedade civil discutem até sexta-feira, 7, no Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em Brasília (DF), o planejamento do Programa Federal de Manejo Comunitário e Familiar para o período de 2012 a 2015 e debatem as ações que comporão o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar do próximo ano.

A reunião conta com membros do Comitê Gestor do Programa, formado por integrantes do Ministério do Meio Ambiente, entre eles, o SFB, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsáveis por elaborar e executar os Planos Anuais. Também participam do encontro membros do Grupo de Trabalho que subsidia o

Comitê. Esse Grupo é formado por 19 entidades, entre elas, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (Miqcb).

Nesta quinta-feira, os participantes trabalharam na identificação dos principais desafios relacionados ao manejo comunitário. Pela manhã, foi feita uma apresentação do histórico do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, operacionalizado por meio dos Planos Anuais. Na sexta-feira, o grupo vai elaborar os principais resultados esperados do Programa para os próximos quatro anos.

O Programa Federal de Manejo Comunitário e Familiar foi instituído em 2009 por meio do Decreto 6.874 com o objetivo de organizar ações de gestão e fomento ao manejo sustentável em florestas que sejam objeto de utilização pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais.

Publicado: quinta-feira, 06 de outubro de 2011, 13h35.

Serviço Florestal participa, no Chile, do II Diálogo Florestal Sul-Americano

Encontro deste ano tem como foco florestas e mudanças climáticas

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa nos dias 4 e 5 de outubro do II Diálogo Florestal Sul-Americano, em Santiago, no Chile, que reunirá instituições governamentais ligadas à gestão florestal.

O Diálogo Florestal Sul-Americano surgiu em 2010 por iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro, ano em que foi realizado em Manaus (AM). A idéia do encontro é reunir de modo informal os dirigentes florestais desses países para a troca de experiências em temas relevantes à área florestal. Este ano, o tema central será o papel das florestas na luta contra as mudanças climáticas.

Segundo o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel, pelo Brasil serão apresentadas ações relacionadas a floresta e clima, como o Inventário Florestal Nacional, que levantará a qualidade e a quantidade de florestas em mais de 20 mil pontos do Brasil e permitirá gerar dados sobre carbono estocado na biomassa.

O caráter técnico do evento, diz Hummel, estimula a troca de experiências e traz a oportunidade de intercâmbios. “Para o Peru e Bolívia, interessam as concessões florestais. Outros países já se interessam pelo sistema de monitoramento da cobertura florestal, pelo sistema de controle da madeira, e outros já discutem fortemente a questão do Inventário Florestal Nacional e sua metodologia”, afirma.

Também devem surgir nos debates temas como o manejo florestal comunitário e regulamentação florestal. Existe ainda a idéia de se construir uma agenda forte sobre temas comuns aos países da bacia amazônica, como a extração ilegal de madeira e o desflorestamento.

Programação

O encontro terá cinco painéis, sendo quatro no primeiro dia a respeito de iniciativas regionais sobre florestas e mudanças climáticas; desafios enfrentados no papel das florestas nas mudanças climáticas; fontes de financiamento e alianças entre os países da região; e contribuições do manejo florestal sustentável para a mitigação dos gases do efeito estufa e adaptação.

No segundo dia, o último painel debate a situação das instituições florestais da região. Os principais aspectos surgidos em cada painel serão usados para elaborar uma resolução, a ser aprovada por todos os participantes do evento.

Publicado: terça-feira, 04 de outubro de 2011, 13h38.

Curso do SFB difunde manejo para lideranças na Amazônia

Atividades serão realizadas no Instituto Floresta Tropical (IFT) e têm como objetivo capacitar tomadores de decisão que podem levar informações para público maior

Dos jovens em comunidades extrativistas do município de Santarém aos técnicos ambientais do município de Altamira, a gama de pessoas no Pará que receberá informações sobre manejo florestal é ampla. E esse conhecimento chegará por meio dos participantes do curso que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) promove sobre o tema nesta semana.

Os 14 integrantes foram escolhidos entre líderes comunitários, professores, membros de entidades da sociedade civil organizada, educadores ambientais e servidores de secretarias de meio ambiente. “São formadores de opinião, pessoas que podem difundir informações sobre o manejo e ajudar a dar escala para essa atividade. O curso também contribui na uniformização de conceitos técnicos sobre manejo florestal entre as instituições responsáveis pelo desenvolvimento do setor florestal”, afirma o chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do SFB, Fernando Ludke.

A capacitação vai mostrar como é feito o manejo, ou seja, a extração planejada e sustentável de madeira e de produtos não madeireiros, como óleos e cascas. O manejo é, pela legislação, a forma que deve ser usada para obter produtos florestais porque, ao mesmo tempo em que gera benefícios, mantém a floresta em pé. O curso tem o apoio do Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação.

Para que as técnicas possam ser melhor compreendidas, o curso é todo em campo, ou seja, todas as etapas, como inventário das árvores, extração e arraste são mostradas na prática. “Nós vemos que a percepção dos participantes muda em relação ao aproveitamento dos recursos florestais. Eles começam a ver que a floresta pode ser usada sem perder os serviços ambientais”, diz Ludke.

Entre os participantes estão dois técnicos do programa governamental Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. “Nossa expectativa é gerar conhecimento para atuar nesse campo de educação e levar conhecimentos e técnicas para a ponta”, diz João Raimundo Tenório da Silva, que vai atuar com a comunidade Cariá, na reserva extrativista Verde para Sempre.

Já o professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) Deivison Venicio Souza – um dos três docentes da UFPA convidados para a capacitação –, diz que será uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos em manejo e repassá-los para os estudantes. “O curso vai dar uma base técnica maior para as aulas e permitirá mostrar a prática do inventário florestal, da exploração de impacto reduzido de forma mais clara e didática”, afirma.

O grupo também terá a presença da coordenadora do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor) em Santarém, Pollyana de Sousa. A instituição desenvolverá uma série de atividades com comunitários que moram no entorno da primeira área sob concessão estadual, a Gleba Mamuru-Arapiuns. A ideia é capacitar os comunitários para que eles possam usar a floresta sustentavelmente e gerar renda. “Nós vamos trabalhar diretamente com manejo florestal comunitário e [a capacitação] é muito importante que a gente possa passar para os técnicos as experiências aplicadas no curso no Instituto Floresta Tropical (IFT)”, diz Pollyana.

Participam do curso ainda quatro funcionários da Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira; um integrante do Conselho Consultivo da Floresta Nacional Itaituba I e da Cooperativa Mista Agroextrativista do Caracol; um técnico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), em Trairão; um educador da Escola da Floresta e um técnico do Instituto de Estudos Integrados Cidadão da Amazônia (Inea).

A capacitação começou no dia 2 e será realizada até sábado, 8.

Publicado: segunda-feira, 03 de outubro de 2011, 13h39.